

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL - PPGDS  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**AMANDA CARDOSO BARBOSA**

**IDEOLOGIA, PROPAGANDA E POLÍTICA NO NACIONAL-  
SOCIALISMO**

**MONTES CLAROS/MG  
Março/2015**

**AMANDA CARDOSO BARBOSA**

**IDEOLOGIA, PROPAGANDA E POLÍTICA NO NACIONAL-  
SOCIALISMO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS, da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social.

Área de Concentração: Desenvolvimento Social

Linha de Pesquisa: Relações Socioeconômicas e Estado.

**Orientador: Professor Doutor Elton Dias Xavier.**

**MONTES CLAROS/MG  
Março/2015**

Barbosa, Amanda Cardoso.

B238i Ideologia, propaganda e política no nacional-socialismo [manuscrito] /  
Amanda Cardoso Barbosa. – Montes Claros, 2015.

78 f. : il.

Bibliografia: f. 76-78.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros -  
Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento  
Social/PPGDS, 2015.

Orientador: Prof. Dr. Elton Dias Xavier.

1. Ideologia. 2. Propaganda. 3. Política. 4. Nacional-socialismo. I.  
Xavier, Elton Dias. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus pela sua graça, misericórdia, sustento e cuidado durante toda a minha caminhada;

À minha mãe, Maria do Carmo e ao meu pai José Barbosa;

Aos meus irmãos e familiares;

A Jackson pela compreensão em meus momentos de ausência e pelas palavras de força e incentivo;

Ao meu orientador, professor Elton Dias Xavier, pela oportunidade de me proporcionar um conhecimento diferenciado;

Ao professor Gilmar Ribeiro do Santos, pelo incentivo e amizade desde a graduação.

À minha colega e amiga Roberta pelo apoio e pela companhia durante esses dois anos.

A todos os colegas da turma de mestrado de 2013, em especial a Simone, Silvia, Ana Clara e Priscila;

À secretaria do mestrado, representada pelas meninas: Fernanda, Vanessa e Gabriela;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo apoio financeiro.

Enfim, a todos que fizeram parte do presente trabalho, direta ou indiretamente, o meu sincero reconhecimento.

Onde está o perigo cresce também o que salva (Holderlin).

## Lista de Figuras

Figura 1 – Cena de “O Triunfo da Vontade” .....	62
Figura 2 – Cena de “O Triunfo da Vontade” .....	63
Figura 3 – Cena de “O Triunfo da Vontade” .....	64
Figura 4 – Cena de “O Triunfo da Vontade” .....	66
Figura 5 – Cena de “O Triunfo da Vontade” .....	67
Figura 6 – Cena de “O Triunfo da Vontade” .....	67
Figura 7 – Cena de “O Triunfo da Vontade” .....	68

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS/MG – UNIMONTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL – PPGDS  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

Dissertação intitulada “IDEOLOGIA, PROPAGANDA E POLÍTICA NO NACIONAL-SOCIALISMO”, de autoria de Amanda Cardoso Barbosa, apreciada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

---

Prof. Dr. Elton Dias Xavier (UNIMONTES)

---

Prof. Dr. Alysso Luiz Freitas de Jesus (UNIMONTES)

---

Prof. Dr. Wendell Lessa Vilela Xavier (IFNMG)

---

Prof. Dr. Antônio Dimas Cardoso (UNIMONTES)

## RESUMO

A presente pesquisa apresenta uma discussão teórica da tríade: ideologia, propaganda e política no nacional-socialismo, também conhecido como nazismo, a fim de demonstrar como a propaganda foi utilizada como instrumento catalisador de noções já imbuídas em grande parte da sociedade alemã. As expressões fascismo, fascismo (denominação genérica do movimento italiano), nacional-socialismo, nazismo e hitlerismo, correspondem à realidade política que abarcou os regimes de extrema direita que dominaram vários países europeus desde o início de 1920 até o final da Segunda Guerra Mundial. Ao longo da história, o significado do termo ideologia apresenta-se sob diversas perspectivas, o que contribui para que não possua uma interpretação unilateral e homogênea. Embora não se possa falar em um conceito único, tomamos como direcionamento a teoria de Habermas, segundo a qual a questão da ideologia no atual estágio do capitalismo encontra-se associada à distorção da linguagem pelo poder. No que diz respeito à propaganda, estabelecemos a relação desta com os meios de comunicação de massa e tentamos demonstrar que, no caso do Regime Totalitário Nazista, esta não foi a única responsável pela adesão da população às ideias e práticas defendidas e empregadas pelo movimento nacional-socialista. Como fonte de análise, apresentamos alguns elementos contidos no documentário “O Triunfo da Vontade”, produzido a pedido de Hitler em 1934 por Leni Riefenstahl. O referido documentário, mais do que uma simples produção acerca do VI Congresso do Partido Nacional-socialista, representa uma das formas de propaganda utilizada para a divulgação das ideias do Regime.

**Palavras-chave:** ideologia, propaganda, política e nacional-socialismo.

## ABSTRACT

This research presents a theoretical discussion of the triad: ideology, propaganda and politics National Socialism, also known as Nazism, to demonstrate how propaganda was used as a catalyst instrument notions already imbued in much of German society. The expressions fascism, fascism (generic name of the Italian movement), National Socialism, Nazism and Hitlerism, correspond to political reality that involved the far-right regimes that dominated several European countries since the beginning of 1920 until the end of World War II. Throughout history, the meaning of the term ideology presents itself from different perspectives, which makes for not holding a unilateral and homogeneous interpretation. Although one can not speak of a unique concept, we take as targeting Habermas's theory, according to which the question of ideology in the current stage of capitalism is linked to the depoliticization of the masses process, strongly influenced by the logic of scientific and technical progress. With regard to advertising, we establish the relation of the mass media and try to demonstrate that in the case of the Nazi totalitarian regime, this was not solely responsible for the compliance of the population ideas and practices advocated and employed by nationally movement socialist. As analysis source present some elements contained in the documentary "Triumph of the Will", produced at the request of Hitler in 1934 by Leni Riefenstahl. That documentary, more than just a production about the VI Congress of the National Socialist Party, is a form of advertising for the dissemination of the scheme ideas.

**Keywords:** ideology, advertising, political and national-socialism.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>CAPÍTULO I – IDEOLOGIA: A HISTÓRIA DISCURSIVA DE UM CONCEITO</b> .....	15
1.1 Ideologia em Karl Marx e Friedrich Engels.....	15
1.2 Ideologia em Mannheim.....	20
1.3 Ideologia em Althusser.....	24
1.4 Ideologia segundo os intelectuais de Frankfurt: Adorno e Habermas.....	29
<b>CAPÍTULO II – IDEOLOGIA E PROPAGANDA: APROXIMAÇÕES AO POLÍTICO</b> .....	36
2.1 Meios de Comunicação de Massa .....	36
2.2 Ideologia e Propaganda: uma equação possível?.....	41
<b>CAPÍTULO III – IDEOLOGIA, PROPAGANDA E POLÍTICA NO NACIONAL- SOCIALISMO</b> .....	49
3.1 Nacional-Socialismo: afinal do que se trata? .....	49
3.2 Contra um inimigo comum.....	53
3.3 A tríade a partir do documentário “O Triunfo da Vontade” .....	60
<b>CONCLUSÃO</b> .....	74
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	76

## INTRODUÇÃO

Tendo como alvo de estudo o caso específico do Regime Totalitário Nazista, o presente trabalho realiza uma discussão teórica em torno da tríade: ideologia, propaganda e política a fim de demonstrar que, ao contrário do que muito se afirma em vários estudos, o povo alemão não apresentava uma cegueira quanto a suas ações. O nazismo surgiu na Alemanha após a Primeira Guerra Mundial, momento em que a nação encontrava-se em forte crise econômica causada pelo fracasso decorrente da derrota naquele conflito e pelas responsabilidades que lhe foram impostas.

Alguns historiadores afirmam que a origem do movimento deveu-se, em parte, ao sentimento de revanchismo desencadeado pelas punições a que a nação foi submetida, dentre elas, redução do contingente do exército alemão, perda de territórios anteriormente conquistados e pagamento de indenizações aos países vencedores, de modo a arcar com os prejuízos sofridos por estes durante a guerra. De acordo com Arendt (2000), a propaganda teve papel expressivo na constituição e ascensão do Estado Totalitário Nazista, pois foi utilizada como estratégia fundamental para a adesão e apoio das massas. Tais estratégias ganharam conotação de publicidade à medida que tentaram despertar, na população, crenças ideológicas de cunho científico, que, por sua vez, corroboraram para uma difícil assimilação, por parte dos indivíduos, quanto a uma nítida distinção entre o real e o imaginário.

Com expressivo caráter profético, ao mesmo tempo em que disseminava mentiras, tentava torná-las em verdades, havendo assim a necessidade de que o imaginário fosse digerido como real. Controlada por Joseph Goebbels, através do “Ministério Nacional para Esclarecimento do Povo e Propaganda”, pregava o fim do sofrimento do povo alemão, que, segundo seus idealizadores, era causado pelos denominados traidores nacionais, os judeus e os comunistas. Baseados numa superioridade pseudo-científica, os nazistas pregavam o domínio racial por meio de

ideias totalmente ofensivas e discriminatórias e visavam à criação de imagens que formariam uma nova nação e um novo homem.

Ainda segundo Arendt (2000), em geral, os regimes totalitários foram marcados por uma extensa onda de terror e violência e, através do uso arbitrário do poder, introduziram uma política da imagem humana que cultuava o corpo e a alma do indivíduo. A crença do totalitarismo de que tudo era possível se estendia aos campos de concentração, os quais funcionavam como laboratórios destinados a reduzir os homens a uma mesma identidade, sistematizando as pluralidades e diferenciações humanas como se todos os indivíduos fossem apenas um. Desse modo, tais locais, além de destinarem-se ao extermínio e à degradação das pessoas, objetivavam o controle científico da transformação da personalidade e a eliminação da espontaneidade humana em algo aquém de um animal degenerado.

A partir do breve exposto, apresentaremos nesse momento os capítulos constituintes do presente trabalho. O primeiro busca apresentar o conceito de ideologia na visão de alguns autores e mostrar como o significado do termo sofreu alterações ao longo da história. Iniciamos nossa discussão a partir da obra “A Ideologia Alemã”, escrita por Karl Marx e Friedrich Engels. Segundo os autores, é o próprio homem quem produz a ideologia. Nessa perspectiva, o termo é definido como falsa consciência, tendo em vista que, no sistema capitalista, a classe dominante, além de deter os meios de produção material, dispõe também dos meios de produção intelectual, fazendo com que a face autoritária do regime econômico capitalista seja representada pela ideologia burguesa, desse modo, “os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes” (Marx e Engels, 2001, p. 48).

Karl Mannheim (1986) parte de uma perspectiva diferente da apresentada por Marx e, com referência na sociologia do conhecimento, conceitua o termo em contraposição à ideia de utopia. Para o autor, a ideologia é um instrumento de legitimação da ordem social vigente, ao passo que a utopia, dotada de uma dimensão crítica, nega a referida ordem e visa à criação de uma nova realidade social. Embora o autor reconheça a contribuição de Karl Marx no que diz respeito à significação do referido termo, a qual, segundo ele, propiciou uma ruptura com

associações meramente psicológicas e deu um salto para uma análise histórica, o mesmo afirma que a concepção apresentada por Marx já foi superada pelo processo de expansão, o que implica a necessidade de irmos além de tal interpretação.

Althusser (2013), embora seja um autor de base marxista, apresenta sua concepção a partir dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs). Na visão althusseriana, a ideologia possui existência material representada pelos referidos aparelhos, estes, por sua vez, apresentam-se como poderes ou instituições que têm como função a reprodução das relações sociais do sistema capitalista. Concomitante à discussão dos AIEs, o autor discorre acerca dos Aparelhos Repressivos de Estado, que se distinguem daqueles, principalmente, no tocante ao seu funcionamento. Enquanto os Aparelhos Ideológicos de Estado atuam predominantemente por meio da ideologia, os Aparelhos Repressivos de Estado funcionam predominantemente por meio da violência.

Theodor Adorno (1985) e Jurgen Habermas (2013), uns dos mais respeitados intelectuais que fizeram parte da Escola de Frankfurt, relacionam o referido termo ao progresso técnico-científico. Para o primeiro autor, o projeto iluminista, na sua crença de que o processo de racionalização propiciaria à sociedade o alcance de um esclarecimento emancipador, que romperia com as explicações baseadas em mitologias, não obteve êxito, e, ao contrário do esperado, resultou em uma sociedade altamente controlada. Ainda segundo Adorno, a lógica argumentativa da ideologia foi abandonada e cedeu lugar para explicações pautadas na linguagem operacional. O pensamento de Habermas (2013) também expressa uma reflexão em torno do processo de racionalização, mas, ao contrário de Adorno, o autor acredita que há uma alternativa para tal processo, pois, segundo ele, o projeto de modernidade pode ser revisto, de modo que o conceito de razão seja expandido e não passe a centrar-se na razão instrumental, mas na razão do sujeito.

O segundo capítulo aborda a relação entre ideologia e propaganda. Para tanto, discute também acerca dos meios de comunicação de massa, pois, como afirma Sant'Anna, é demasiadamente difícil falar em propaganda sem relacioná-la aos veículos comunicacionais, tendo em vista que, em grande parte são por meio destes que a mesma é difundida. De acordo com MacQuail (2003) tais meios, ao

atuarem em grande escala, visam alcançar a maior parte possível de membros de uma determinada sociedade, na qual, tanto a organização política, quanto a vida cultural dos seus membros, sofrem a influência dos referidos meios. Thompson (2007) parte de uma perspectiva diferente ao analisar os supracitados meios de comunicação, relacionando-os às formas simbólicas que atravessam a sociedade moderna e propiciam o armazenamento de informações. Já Adorno e Horkheimer (1985) trazem a discussão em torno da Indústria Cultural, que segundo estes, mercantilizou a cultura e participa, de forma expressiva, do processo de legitimação ideológica da sociedade capitalista. Embora acredita-se que no caso do Nacional-Socialismo a propaganda agiu como catalisadora de crenças que levaram a união da massa e não como agente principal manipulador de suas ações, trazemos a discussão da propaganda no âmbito da manipulação, embora saibamos que a mesma não age somente nesse sentido.

O terceiro capítulo foi subdividido em três momentos. O primeiro traz algumas considerações em torno do Nacional-Socialismo. Este é analisado no presente trabalho como um fenômeno histórico, um movimento político surgido na Alemanha com o final da Primeira Guerra Mundial, período marcado pelo grande declínio de valores e instituições da civilização liberal. O que até então parecia um posicionamento contra as imposições advindas da perda na referida guerra, ganhou uma amplitude maior e passou a abarcar ódio e incitações públicas contra determinado povo. Ao líder era direcionada uma veneração religiosa, na qual coloca a figura do mesmo no centro de tudo. O segundo momento busca descrever o percurso histórico do exacerbado ódio aos judeus, buscando demonstrar que o antissemitismo esteve presente em vários momentos da história e apresentou configurações diferenciadas. Inicialmente os judeus, além de serem culpabilizados pela morte de Cristo e associados ao traidor Judas Iscariotes, eram vistos como seres gananciosos que recebiam demasiados lucros oriundos dos diversos empréstimos que ofereciam à população. Posteriormente, o antissemitismo apresentou outras características que foram desde a criação de lendas populares maliciosas até o antissemitismo que levou ao extermínio de milhares de judeus. O terceiro, e último momento, apresenta alguns elementos analíticos retirados do documentário “O Triunfo da Vontade”, dentre os quais encontram-se a grande

massa organizada, os símbolos da referida massa e exposição da figura do Führer. Por fim, fazemos a conclusão em torno do tema, a qual não será apresentada nessa breve introdução.

A metodologia adotada baseia-se em dois procedimentos metodológicos: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. O primeiro procedimento desenvolvido, para além de ser utilizado como forma de abordar os conceitos aqui pretendidos, servir como direcionamento das análises, tendo como principal vantagem “permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2008, p.50). Já no que diz respeito ao segundo procedimento adotado, analisaremos, como citado anteriormente, alguns elementos contidos no documentário “O Triunfo da Vontade”. Produzido por Leni Riefentahl em 1934 a pedido de Adolf Hitler.

A relevância do tema se dá devido à grande preocupação dos diversos pesquisadores em identificar instrumentos que contribuem para a propagação ideológica das variadas instituições políticas e sociais, e também por suscitar debates atuais que estabelecem relações com amplos campos de estudo.

## **CAPÍTULO 1 - IDEOLOGIA: A HISTÓRIA DISCURSIVA DE UM CONCEITO**

O presente capítulo busca apresentar o conceito de ideologia e traçar um perfil do termo à luz de alguns autores. Para tanto, lançamos mão de discussões trazidas, tanto por pensadores clássicos, quanto por contemporâneos. Não temos por objetivo elaborar um conceito único do termo, tampouco expor de forma detalhada as teorias dos autores aqui discutidos, mas demonstrar como o seu significado sofreu mudanças, o que exclui um tratamento estático e homogêneo do mencionado termo. O conceito de ideologia está ligado às ciências sociais e humanas e perpassa várias áreas do conhecimento, tais como, a ciência política, a sociologia, a filosofia política e a psicologia social. Utilizado pela primeira vez em 1801, pelo filósofo francês Destutt de Tracy, objetivou descrever o estudo científico das ideias, nas quais o caminho para que se chegar a estas era através dos sentidos, ou seja, da percepção sensorial. De acordo com Lowy (2003, p.10), os apontamentos apresentados por Tracy “são o resultado da interação entre o organismo vivo e a natureza, o meio ambiente. É, portanto, um subcapítulo da zoologia – que estuda o comportamento dos organismos vivos”. Posteriormente, novas explicações e interpretações surgiram o que levou a uma compreensão e a um significado da palavra derivados de diferentes perspectivas, e não a partir de uma visão unilateral. A seleção da teoria dos autores que aqui serão descritos, dentre os quais encontram-se Karl Marx e Friedrich Engels, Mannheim, Althusser, Adorno e Habermas, não encerra a discussão sobre o tema, uma vez que este possui um campo amplo e fértil no qual encontra-se outros intelectuais que não serão citados nesse momento.

### **1.1 Ideologia em Karl Marx e Friedrich Engels**

Marx abordou o conceito de ideologia em grande parte das suas obras, no entanto, um dos mais difundidos é o encontrado na obra “A Ideologia Alemã”, em

coautoria com Engels e a partir da qual o sentido fundamental do termo veio a se firmar de maneira mais incisiva, não sofrendo grandes modificações em suas obras posteriores. Embora a referida obra não tenha apresentado, pela primeira vez, aquele termo, é considerada, por alguns intelectuais, de suma importância, pois iniciou a discussão no campo do pensamento social.

Em “A Ideologia Alemã”, a teoria dos autores corresponde a uma visão dialética da sociedade e foi construída com o objetivo de superar as contradições que ocorriam anteriormente, mais precisamente, nos séculos XVIII e XIX, entre o materialismo mecânico e o neo-hegelianismo. Lowy (2003) afirma que, de acordo com os pensadores do materialismo mecânico, como por exemplo, Diderot e D’Alembert, são as circunstâncias sociais e materiais em que os homens vivem que produzem as ideologias, deste modo, a transformação da sociedade torna-se necessária, no entanto, para que esta aconteça, é imprescindível que seja impulsionada por uma força de fora do sistema. Assim, tais pensadores criticavam a ordem estabelecida na época, amparada no sistema feudal e na monarquia absoluta, pois, segundo eles, tal ordem produzia os preconceitos, os dogmas, o obscurantismo, as ideologias feudais, entre outros elementos que dificultavam o avanço científico/humano.

No caso dos neo-hegelianos, diferentemente do idealismo de Hegel, considerado por alguns autores como conservador, o seu pensamento era pautado num idealismo crítico, revolucionário. Para eles, as transformações da sociedade no âmbito econômico, social e político, ocorreriam através da crítica ao que consideravam errado ou equivocado no meio social. Tal crítica era o caminho mais viável para se chegar a uma sociedade livre de quaisquer tipos de representações e ideologias dogmáticas, antidemocráticas e egocêntricas, ou seja, seria a trajetória mais apropriada para se construir uma sociedade livre e democrática, na qual a igualdade e a tolerância seriam algumas das suas características intrínsecas. Assim, na perspectiva neo-hegeliana, seria a partir da transformação da mentalidade, da consciência dos sujeitos, que ocorreria a transformação societária (LOWY, 2003).

A análise de Marx e Engels tinha como ponto de partida os homens em sua atividade real. Aqui o desenvolvimento das repercussões ideológicas é analisado a

partir do processo de vida real dos indivíduos, e não a partir “do que os homens dizem, imaginam e representam, tampouco do que eles são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação dos outros” (MARX E ENGELS, 2001, p.19). A crítica feita por eles vai de encontro, principalmente, com as ideias de Feuerbach, Bruno Bauer e Stirner.

Na visão dos supracitados autores, apesar dos jovens hegelianos apresentarem um caminho que supostamente revolucionaria o mundo, eles são, na verdade, conservadores, assim como os velhos hegelianos, pois nenhum destes filósofos buscou estabelecer relação entre a filosofia alemã e a realidade da mesma, deste modo

torna-se evidente que os jovens hegelianos devem lutar unicamente contra as ilusões da consciência. Como, em sua imaginação, as relações dos homens, todos os seus atos e gestos, suas cadeias e seus limites são produtos da consciência, coerentes consigo próprios, os jovens hegelianos propõem aos homens este postulado moral: trocar a sua consciência atual pela consciência humana, crítica ou egoísta e, assim fazendo, abolir seus limites (MARX E ENGELS, 2001, p. 8).

Em “A Ideologia Alemã”, Marx e Engels voltam suas análises para uma perspectiva que não se centra em representações idealistas, em torno da consciência, mas apoia-se na vida real dos sujeitos. Apesar da concepção filosófica de Marx em sua fase inicial apresentar características idealistas, como, por exemplo, a apropriação da dimensão ética recebida de Kant, esta não ocorreu de forma ortodoxa, mas o processo de avanço do seu pensamento indicou críticas rigorosas, tanto à filosofia idealista de Hegel, quanto à dos jovens hegelianos. Ricoeur (1991, p.169) afirma que, “nesta obra, o material e o real são exatamente sinônimos, tal como o são o ideal e o imaginário”.

Segundo Marx e Engels (2001), a origem e a formação da ideologia estão para além dos avanços do processo da divisão do trabalho obtido através da separação entre cidade e campo, mas tornam-se visivelmente mais significativa com a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, sendo esse último um privilégio de parte da classe dominante, mais especificamente da burguesia, que se dedica a pensar. O sentido do termo tem indícios logo no início da obra, quando os

autores afirmam que “até agora, os homens têm fabricado constantemente falsas concepções acerca deles mesmos, acerca do que não são ou deveriam ser” (ibid, p.3). A princípio, a atividade e o comércio material dos homens estabelecem relações intrínsecas com a produção das ideias, das representações e da própria consciência, sendo estas, uma emanção direta de seu comportamento material, uma vez que

são os homens que, desenvolvendo sua produção material e suas relações materiais, transformam, com a realidade que lhes é própria, seu pensamento e também o produto do seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência (MARX E ENGELS, 2001, p. 20).

Ou seja, segundo essa perspectiva, a ideologia é produzida pelo próprio homem, porém o homem real, atuante e não em sentido isolado e definido de algum modo imaginário, mas empiricamente visível, inserido em um processo de desenvolvimento real. Como a produção intelectual é privilégio de uma determinada classe, a face autoritária do regime econômico capitalista é representada pela ideologia burguesa, e esta, por sua vez, através da manipulação ao seu favor das leis, do Estado e da moral, da religião, da metafísica, entre outros, cria uma uniformidade de pensamento. A sociedade é dividida por Marx em duas estruturas dinâmicas, sendo elas a infraestrutura e a superestrutura. A primeira é considerada a estrutura básica, material e que determina a superestrutura. Esta, por sua vez, é formada pela ideologia. A inversão é o principal formador da ideologia, através desse processo, a defesa de algo, que é de maior interesse de um grupo específico, pode se tornar uma luta universal. Assim, a classe burguesa, através da dominação que exerce sobre a sociedade, faz com que as suas ideias prevaleçam em detrimento de outras, imperando como se fossem universais, de todos. Nas palavras dos autores,

os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante espiritual. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a

quem são recusados os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante. Os pensamentos dominantes são apenas a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas sob a forma de idéias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; dizendo de outro modo, são as idéias do seu domínio (ibid, p 48).

O proletariado, ao ser inserido na divisão social do trabalho e ao se tornar um trabalhador assalariado, é submetido facilmente à exploração da força de trabalho. Tais relações são apreendidas como naturais, contribuindo assim para o processo de formação da chamada “falsa consciência”, ou seja, a interiorização de valores distantes e alheios tanto de si, quanto da classe a qual pertence. Ou seja, a imagem transmitida acerca do capitalismo era de que se tratava do melhor sistema para todos os indivíduos, independentemente da classe social a que pertencessem. Por sua vez, essas ideias são consideradas ideológicas, uma vez que negam a essência das relações sociais, ou seja, ocultam as relações concretas da sociedade. Caracterizadas pelos autores como ilusórias, mistificadoras, naturalizantes e universalizantes, tais ideias formam um elemento de dominação política, por meio do qual a realidade é invertida em sua aparência, contribuindo assim para que a ideologia possua um papel político, qual seja, tentar impor um modo de vida ao conjunto da sociedade.

Desse modo, o que os autores chamam de ideologia diz respeito àquilo que é refletido através de representações, que, por sua vez, encontram-se em oposição ao mundo histórico. A transformação, tanto das ideologias e ideias, quanto da consciência, coincide com a modificação da própria sociedade; no entanto, para que isso aconteça, é necessária uma ação, uma prática revolucionária que propicie uma transformação, não só do próprio indivíduo em si, mas também das condições em que vive, haja vista que, “se em toda ideologia, os homens e suas relações nos aparecem de cabeça para baixo como em uma câmera escura, esse fenômeno decorre de seu processo de vida histórico” (ibid, p.19).

De acordo com Ricoeur (1991), ao tratar sobre o supracitado termo, Marx e Engels não se opõem à ciência, mas à realidade, e o fato de o conceito ser trabalhado em contraste com o que é real não faz dele necessariamente negativo. Desse modo, é necessário atentar-se a que, nessa perspectiva, “o problema da

ideologia é apenas o de ser representação e não práxis real. A linha divisória não é entre falso e verdadeiro, mas entre real e representação” (ibid, p. 176).

## 1.2 Ideologia em Mannheim

Mannheim (1986), ao se posicionar sobre a teoria de Karl Marx, afirma que a contribuição deste ao desenvolvimento do termo “ideologia” se dá principalmente com a abrangência que o autor proporcionou ao seu significado, indo além da mera correlação psicológica referente aos indivíduos, ou a uma simples associação à mentira e ao erro. Nessa perspectiva, o que Marx traz de novo é uma abordagem que inclui, além das relações entre classes, uma análise histórica do referido termo, na qual sua concepção não é compreendida somente como um fenômeno psicológico, baseado em uma distorção individual, mas implica em desdobramentos mais complexos, que têm relação com uma interpretação da situação de vida de quem a expressa.

Ao mesmo passo que o autor reconhece a contribuição de Marx ao desenvolvimento do conceito, ressalta a necessidade de irmos além, uma vez que, aquela concepção foi superada pelo processo de expansão do termo. Concomitante a tal posicionamento, apresenta também certo ceticismo quanto ao conceito de consciência de classe na visão marxista, tendo em vista que, segundo ele, já nos afastamos dessa concepção clássica, pelo fato de a mesma não fornecer um novo centro, mas ser somente uma parte do processo desintegrativo. Assim, nas palavras do autor,

no decurso de desenvolvimentos intelectuais e sociais mais recentes [...] este estágio já foi ultrapassado. Já não é privilégio exclusivo de pensadores socialistas remontar o pensamento burguês às fundações ideológicas e, por esse meio, desacreditá-lo. Hoje em dia, grupos de todas as posições usam esta arma contra os restantes. O resultado é que estamos a entrar numa nova época de desenvolvimento social e intelectual (ibid, p.74).

A análise de Mannheim tem sua referência na sociologia do conhecimento, por meio de uma compreensão no sentido de que a ideologia pode ser situada de

maneira correta, se alcançarmos, de forma exata, uma visão e descrição de todas as forças da sociedade. De acordo Ricoeur (1991), talvez seja aqui que o autor não tenha adquirido êxito, pois, além da sociologia do conhecimento não ter conseguido se tornar uma ciência e nunca chegar ao seu desenvolvimento pleno, ela envolve questões complexas, como por exemplo, a exigência de que o sociólogo seja neutro e não participe do processo, sendo apenas um observador.

Mannheim (1986) apresenta o conceito juntamente e em contraposição ao de utopia. Ideologia, para o autor, é compreendida como um conjunto de doutrinas, teorias, ideias, concepções e representações que legitimam a ordem estabelecida. Possui natureza transcendente, sendo que as ideias vindas de tal transcendência são inválidas e não afetam a ordem existente, assumindo assim, impossibilidade de mudanças. Em síntese,

são ideias situacionalmente transcendentes que nunca são bem sucedidas de fato na realização do seu projetado conteúdo. Embora muitas vezes se tornem os motivos bem intencionados para a conduta subjetiva do indivíduo, quando são efetivamente personificadas os seus sentidos são os mais das vezes distorcidos (ibid, p.192).

Na obra, são apresentados dois sentidos diferentes para o conceito, sendo eles, ideologia em seu sentido particular e em seu sentido total. Tais concepções foram utilizadas com o intuito de expressar as abordagens que abrangem o termo. No que se refere ao primeiro caso, o autor utilizou a expressão particular no sentido de que esta se situa no indivíduo. Já no que tange à segunda concepção, esta é sustentada por uma estrutura coletiva que inclui toda uma visão de mundo.

Inicialmente, suas argumentações buscam um ponto de vista não valorativo do conceito, sendo que, segundo ele, “em todas estas investigações far-se-á uso da concepção total e geral de ideologia no seu sentido não-avaliativo” (Mannheim, 1986, p.81). No entanto, para que isso ocorra, é necessário que haja um abandono do conceito de verdade, e é então que Mannheim parte para uma distinção entre relacionismo e relativismo. O relativismo se dá quando mantemos um modelo antigo de verdade; porém, o abandono desse modelo nos leva a um novo conceito do mesmo, que propiciará a ruptura com o relativismo e o alcance do relacionismo. A

concepção torna-se relacionista quando conseguimos correlacionar sistemas de pensamento com sistemas de pensamento, estes por sua vez, com os estratos sociais e mesmo quando podemos estabelecer correlações entre grupos distintos em competição, contribuindo, assim, para que os elementos que possuem significado em dada situação estejam em referência uns com os outros. Nesse sentido,

esta primeira visão não avaliativa da história não conduz inevitavelmente ao relativismo, mas sim ao relacionismo. O conhecimento, tal como é visto à luz da concepção total de ideologia, não é de forma alguma uma experiência ilusória, pois a ideologia no seu conceito relacional não é de todo idêntica à ilusão. Relacionismo significa apenas que todos os elementos de significado numa situação dada têm referência uns aos outros e derivam esta significação da sua inter-relação recíproca num dado esquema de pensamento. (ibid, p.84).

Entretanto, posteriormente, verificamos que a situação apresentada pelo autor não era meramente de correlação, mas possuía em si certa congruência, uma vez que, segundo ele, os sistemas de significados são possíveis e valem apenas num determinado momento histórico, no qual fornecem, durante algum tempo, expressões ou respostas apropriadas. Assim, a fase não-avaliativa de análise caracteriza-se como um momento provisório, no qual somos levados a pensar em termos relacionais e não intemporais, sendo que “a compreensão da diferença entre correlação e congruência dá-nos a transição de um conceito não-avaliativo da ideologia para um conceito avaliativo” (ibid, p. 85), tal transição levará à formação de um novo conceito de verdade, baseado na história.

No que diz respeito à utopia, esta, ao contrário da ideologia, visa à construção de uma nova realidade social, nega a ordem social existente, portando em si uma dimensão crítica da sociedade. Segundo Mannheim,

também as utopias transcendem a situação social, pois também elas orientam a conduta para elementos que a situação, na medida em que é entendida na altura, não contém. Mas não são ideologias, isto é, não são ideologias na medida em que obtêm êxito através da oposição ativa ao transformar a realidade histórica existente numa mais de acordo com as suas próprias concepções (ibid, p.193).

Como forma de distinguir as duas concepções, o autor afirma que enquanto a ideologia é irrealizável, a utopia possui realizabilidade; no entanto, a aplicação dessa última gera um paradoxo que contradiz a definição, na medida em que esta depende da perspectiva, do posicionamento do indivíduo na sociedade e, sobretudo, no que diz respeito ao posicionamento político. Assim, a rotulação entre utópico e ideológico irá depender de quem o rotula, o que faz com que os critérios de realizabilidade, consistentes na possibilidade de realizar mudanças, sejam usados de acordo com o interesse do indivíduo ou do grupo social. Desse modo, aqueles que defendem a ordem social vigente, definirão como utópico, no sentido de irrealizável, tudo que se encontra para além da situação atual, rompendo assim com a concepção formal apresentada pelo autor.

Ricoeur (1991, p.316), ao tentar defender a concepção apresentada por Mannheim (1986), afirma que “a ideologia tipifica a utopia como aquilo que não pode ser realizado, ao passo que, formalmente, é precisamente aquilo que pode ser realizado”, ou seja, a ideologia distorce o significado formal do termo. Ao analisar a teoria do autor, Lowy (2003, p.13), afirma que os termos “são duas formas de um mesmo fenômeno, que se manifesta de duas maneiras distintas”. Desse modo, o conjunto supracitado de teorias, ideias, concepções e representações sociais, expressa interesses de classes ou grupos sociais. O referido autor utilizou o termo “visões de mundo” como forma de evitar uma confusão conceitual entre as expressões apresentadas por Mannheim, o que levou a aplicá-lo, tanto para se referir às ideologias, quanto às utopias, definindo o que há de comum entre os dois termos. Nesse sentido,

visões sociais de mundo seriam, portanto, todos aqueles conjuntos estruturados de valores, representações, ideias e orientações cognitivas. Conjuntos esses unificados por uma perspectiva determinada, por um ponto de vista social, de classes sociais determinadas. As visões sociais de mundo poderiam ser de dois tipos: visões ideológicas, quando servirem para legitimar, justificar, defender ou manter a ordem social do mundo; visões sociais utópicas, quando tivessem uma função crítica, negativa, subversiva, quando apontassem para uma realidade ainda não existente (LOWY, 2003, p.14).

De acordo com Ricoeur (1991), a questão da ideologia apresentada por Mannheim encontra-se num nível de estrutura do pensamento espiritual e intelectual, no qual acredita haver, na sociedade, um colapso do pensamento, ou “crepúsculo intelectual”. O conceito tem em si uma polêmica que expressa uma crise que ocorre ao nível do próprio espírito, sendo que esta não se trata apenas de interesses opostos, mas implica não haver pressuposições únicas de se apreender a realidade; assim, pode-se dizer que “o problema não é um fenômeno econômico, não é pelo fato de haver luta de classes, mas porque a nossa unidade espiritual foi rompida” (ibid, p. 296). De acordo com essa perspectiva, existe um conflito entre as diversas visões de mundo, nas quais são uma para as outras, ideologias, ou seja, “uma ideologia é sempre a ideologia do outro” (ibid, p. 296). Em face dessa desintegração intelectual, Mannheim afirma que as consciências de classe encontram-se em intenso processo destrutivo de colapso. Esta concepção é intitulada pelo autor de “pós-marxista”, pois, em síntese, não há consciência de classe que não seja em si ideológica.

### **1.3 Ideologia em Althusser**

Para compreendermos o conceito althusseriano de ideologia, é necessário, antes, apontarmos de forma breve algumas discussões do autor, uma vez que o referido conceito é apresentado por meio de duas esferas, sendo a primeira retratada a partir da reprodução das condições materiais de existência no capitalismo, e a segunda, a partir do conceito de Aparelhos Ideológicos de Estado.

Segundo Althusser (2013), no modo de produção capitalista, há uma necessidade constante de reprodução dos meios de produção, sendo que, no caso específico da reprodução da força de trabalho, o autor afirma que esta se dá essencialmente fora da empresa e é assegurada na medida em que fornece ao trabalhador assalariado meios materiais que a propiciem. Nesse contexto, o salário desempenha um papel essencial na busca pela garantia da reprodução das condições materiais de vida do trabalhador. Concomitante a tal processo, encontra-

se a necessidade de reproduzir as técnicas para o trabalho, e é aqui que o sistema educacional ganha espaço como local destinado à qualificação da força de trabalho. No entanto, Althusser (2013) afirma que a supracitada reprodução não se restringe meramente à sua qualificação, mas abrange ao mesmo tempo “uma reprodução de sua submissão à ideologia vigente, para os trabalhadores, e uma reprodução da capacidade de manipular corretamente a ideologia dominante, para os agentes da exploração e da repressão”. Desse modo, a reprodução da força de trabalho é desenvolvida de maneira a sujeitar os indivíduos à ideologia dominante.

O autor discorre acerca do caráter revolucionário da teoria marxista no que concerne ao todo social, no qual é expresso através da metáfora dos edifícios. De acordo com Althusser (2013), a visão que Marx tinha da sociedade era de que essa se constituía através de níveis ou instâncias, formadas pela base econômica (infra-estrutura) e pela superestrutura. A primeira abarca “a unidade das forças produtivas e das relações de produção” (ibid, p.109), já a segunda contém dois níveis, o jurídico-político, representado pelo Direito e pelo Estado, e o nível ideológico, expresso pelas diferentes ideologias. Essa representação metafórica leva à compreensão de que as instâncias superiores não poderiam se apoiar sozinhas se não se sustentassem sobre sua base; desse modo, “o objetivo da metáfora do edifício é, antes de tudo, representar a determinação em última instância pela base econômica” (ibid, p. 110). Diante do exposto, o autor faz uma análise acerca do Direito, do Estado e da Ideologia.

Segundo o mesmo, a teoria marxista-leninista do Estado considera este como um aparelho repressor que permite a dominação da classe burguesa sobre a classe trabalhadora e, antes de tudo, é denominado pelos clássicos marxistas como “Aparelho de Estado” (AE). Tal termo não abrange somente os aparelhos especializados reconhecidos pelas exigências das ações jurídicas, como por exemplo, a polícia, os tribunais e presídios, mas também envolve o exército (este entra em cena quando a polícia não detém o controle da situação, agindo assim como força repressora suplementar), o chefe de Estado, o governo e a administração. O autor afirma que o Aparelho de Estado possui dois corpos, sendo eles o Aparelho Repressivo de Estado e os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs).

Os referidos termos não se confundem e possuem significados diferentes. Ao contrário do Aparelho Repressivo de Estado, que possui domínio essencialmente público, os AIEs, em sua grande maioria, possuem domínio privado. Dentre as instituições que compõem esse grupos, encontram-se as religiosas, escolares, familiares, jurídicas, políticas, sindicais, de informação e cultural. No entanto, o essencial não é se as instituições são consideradas públicas ou privadas, mas sim como elas funcionam, sendo que a principal diferença entre os termos é o fato de o primeiro funcionar pela violência, e o segundo, pela ideologia. Outra distinção importante é apontada por Althusser (2013), ao afirmar que

enquanto o Aparelho (Repressivo) de Estado constitui um todo organizado, cujas diferentes partes centralizam-se abaixo de uma idade de comando – a da política da luta de classes aplicada pelos representantes políticos das classes dominantes que detêm o poder estatal -, os Aparelhos Ideológicos de Estado são múltiplos, distintos, “relativamente autônomos” e capazes de proporcionar um campo objetivo para as contradições [...] (ALTHUSSER, 2007, p.118).

Nesse sentido, a unidade do Aparelho Repressivo de Estado é garantida pela sua organização, unificação e centralização, proporcionadas pelos representantes das classes detentoras de poder. Já no caso da unidade dos diferentes AIEs, esta se dá, em grande parte, de forma contraditória, sendo garantida pela ideologia da classe dominante. É importante destacar que não existe aparelho puramente repressivo e nem meramente ideológico; desse modo, o Aparelho Repressivo de Estado, apesar de agir predominantemente pela repressão, atua também, secundariamente, pela ideologia, ao passo que os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam, em primeiro lugar, por meio da ideologia, e secundariamente, pela repressão, mesmo que essa não aconteça de forma explícita.

Althusser (2013) defende a tese de que a ideologia não tem história; no entanto, aborda essa teoria de forma diferente daquela presente em “A Ideologia Alemã”. Nessa obra, Marx, ao fazer tal afirmação, não quis demonstrar que nesta não haja história, mas que ela não tem uma história própria. A tese althusseriana contradiz esse pressuposto ao afirmar que a ideologia possui a possibilidade de apresentar tal história, mesmo que seja determinada pela luta de classes. O que não

tem história própria é a ideologia em geral, o que implica dizer que é diferente das ideologias particulares, nas quais sempre se expressam posições de classe e baseiam-se na história das formações sociais, tendo assim uma história própria. A ideologia em geral tem uma característica trans-histórica, pois está presente em toda a história da sociedade de classe, assim, é

dotada de uma estrutura e funcionamento tais que a tornam uma realidade a-histórica, isto é, uma realidade oni-histórica – no sentido de essa estrutura e funcionamento serem imutáveis, acharem-se presentes de uma mesma forma em tudo que chamamos história (ibid, p. 125).

O autor, com o intuito de propor uma teoria geral da ideologia, apresenta inicialmente duas teses, a primeira, acerca do objeto representado sobre a forma imaginária do termo; e a segunda, correspondendo à materialidade do mesmo. Partindo da concepção de Marx, na primeira tese, “os homens representam para si mesmos suas condições reais de existência sob forma imaginária” (ALTHUSSER, 2013, p. 126). A partir dessa perspectiva, o autor apresenta duas respostas para a indagação do por que os homens necessitam dessa transposição imaginária de suas condições reais de existência, para então representá-las para si. Uma das causas está atrelada aos padres e déspotas do século XVIII, caracterizados como “um pequeno grupo de homens cínicos, que fundamentam sua dominação e exploração do povo numa representação falseada do mundo, que eles criaram com o objetivo de escravizar outras mentes, dominando-lhes a imaginação” (ibid, p.127). A segunda resposta, apresentada primeiramente por Feuerbach e posteriormente retomada por Marx, apresenta como causa da supracitada transposição imaginária a alienação material que predomina na vida dos próprios indivíduos, sendo que eles “criam para si uma representação alienada (=imaginária) de suas condições de existência porque essas mesmas condições de existência são alienantes” (ibid).

A partir de tais interpretações, Althusser (2013) retorna a tese anteriormente apresentada, que tem como pressuposto o fato de que toda ideologia representa relações imaginárias e não relações de produção existentes. A segunda tese apresentada pelo autor e intitulada como “A ideologia tem uma existência material”

parte do pressuposto de que as ideias ou representações não possuem existência espiritual, mas sim material. Essa afirmação baseia-se no seguinte fundamento:

*no que tange a um único sujeito a existência das idéias que formam sua crença é material, pois suas ideias são seus atos materiais, inseridos em práticas materiais regidas por rituais materiais, os quais por seu turno, são definidos pelo aparelho ideológico material de que derivam as ideias desse sujeito.*

Desse modo, ao passo em que a ideologia faz referência a uma relação material, é por meio do Aparelho Ideológico de Estado que ela se torna material em sua existência. No entanto, o autor afirma que, mesmo que o indivíduo não esteja explicitamente inserido dentro do referido aparelho, ele pode reproduzir em suas práticas a respectiva ideologia. Apesar de o sujeito agir por meio dos rituais e normas dos AIEs, suas práticas são dotadas de consciência e executadas de acordo com sua crença; diante do exposto, chega-se a duas conclusões, “não existe prática, a não ser através de uma ideologia, e dentro dela” e não existe ideologia, exceto pelo sujeito e para os sujeitos” (ibid, p. 131).

Por fim, cabe ressaltar que é por meio dos Aparelhos Ideológicos de Estado que a ideologia se torna dominante, é através deles que ela é realizada e se realiza. Essa relação não ocorre de forma isolada, mas envolve uma luta contínua de classes. Tal conflito se deu, inicialmente, contra as classes anteriormente dominantes e sua respectiva posição, tanto nos velhos, quanto nos novos AIEs, e posteriormente, contra a classe explorada. Apesar de a ideologia de classe detentora do poder se transformar na ideologia dominante por meios dos AIEs, essa relação vai além de tais aparelhos, pois é originária de outro lugar, o que contribui para que o perspectiva da luta de classes nos AIEs tenha em si uma abstração. As ideologias existentes em uma dada formação social só podem ser explicadas sobre o prisma da luta de classes, pois, apesar de se realizarem nos AIEs, não é neles que elas surgem, mas sim nas condições de existência das classes sociais, em suas práticas e experiências de luta.

#### **1.4 Ideologia segundo os intelectuais de Frankfurt: Adorno e Habermas**

Em geral, as considerações adornianas em torno do termo ideologia que serão desenvolvidas no presente item são apresentadas juntamente com as ideias de Max Horkheimer. Os referidos autores são reconhecidos como alguns dos grandes pensadores da Escola de Frankfurt, do século XX. Em geral, os teóricos da referida escola tinham por objetivo desenvolver uma teoria crítica da sociedade, sendo que grande parte deles buscava compreender, dentre outras questões, as condições que permitiram o estabelecimento de instituições racionais no meio social. Uma das suas indagações buscava descobrir o que deu errado com o projeto iluminista de emancipação do homem. O iluminismo objetivava, dentre outras questões, o alcance de um esclarecimento capaz de propiciar o progresso e a emancipação dos sujeitos e da sociedade, sendo a racionalização do mundo um meio importante para se chegar a esse fim. No entanto, segundo Adorno e Horkheimer (1985), tal racionalização teve um resultado diferente do esperado, pois culminou numa sociedade altamente controlada em todas as dimensões da realidade e na transformação dos homens em máquinas, desse modo “a humanidade, ao invés de entrar em um estado verdadeiramente humano, começava a se afundar em uma nova espécie de barbárie” (ibid, 1985, p. 2).

Os pressupostos iluministas são considerados o marco inicial do desenvolvimento científico. De acordo com Martins (2010), o iluminismo, cujo termo significa “esclarecimento”, possuía como objetivo romper com as explicações míticas acerca da sociedade, geralmente baseadas em crenças, e dar lugar ao conhecimento. Tal objetivo fez com que esse movimento fosse entendido, em seu sentido amplo, como o avanço do pensamento, contudo, era apreendido pelos teóricos iluministas como a libertação do indivíduo das trevas, das superstições e da ignorância.

A partir de tais pressupostos, a ciência, considerada nesse momento um conjunto de verdades absolutas e inquestionáveis, passa a ocupar o lugar dos mitos. Ainda de acordo com os autores, “a humanidade acreditava no progresso constante desse conhecimento até atingir a explicação total da realidade, o que certamente

permitiria a manipulação técnica e ilimitada da ação humana” (MARTINS, 2010, p. 13). Hoje, a ideia de ciência como produtora de verdade absoluta já foi superada e temos o entendimento de que a mesma não produz verdades, mas busca aproximações com a realidade, sendo que, a realidade, ao contrário do que esperavam os iluministas, por ser dotada de particularidades, não pode ser explicada em sua totalidade. Ainda de acordo com a explicação de Martins (2010), a busca pelo conhecimento pode ser representada por meio de alguns processos fundamentais, tais como a destituição dos mitos, a substituição da imaginação pelo saber, o desenvolvimento da técnica como essência do saber e, por fim, o domínio do saber e dos homens sobre a natureza.

O século XX, conhecido como o século da informação, foi marcado pelo advento de vários instrumentos tecnológicos, tais como o rádio, a televisão, o cinema e a internet que são utilizados para diversos e variados fins, em conformidade com objetivos almejados. Em geral, os pensadores da Escola de Frankfurt acreditavam que, nas sociedades capitalistas contemporâneas, as ideologias, fornecidas por meio da ciência e da tecnologia, eram utilizadas como formas de legitimar tais sociedades e, portanto, a reflexão em torno daquelas direcionava-se através do desvelamento das novas formas de dominação presentes na sociedade industrial avançada, que ocorreu junto com as novas configurações políticas, econômicas e culturais do início do referido século.

Na teoria crítica, a ideologia está intrinsecamente ligada aos processos comunicacionais. A partir de uma perspectiva histórica, Adorno e Horkheimer (1985) afirmam que a ideologia foi alvo de mudanças proporcionadas pelo capitalismo monopolista que, através da criação da “indústria cultural”<sup>1</sup>, disseminou a lógica capitalista. A abordagem da ideologia desenvolvida pelos autores não se faz descolada da dimensão econômica, pois consideram que a sua compreensão implica uma investigação da referida dimensão. Segundo esses pensadores, no século XX, a lógica argumentativa da ideologia, anteriormente apresentada neste

---

<sup>1</sup> O termo foi criado pelos autores em 1947 e é definido como um sistema político e econômico que tem por finalidade produzir bens de cultura: filmes, livros, programas de televisão etc, como mercadoria e como estratégia de controle social.

trabalho por meio da exposição da teoria de alguns autores, foi abandonada. O desenvolvimento tecnológico proporcionou formas cada vez mais reais de produção e disseminação de sons e imagens; conseqüentemente, o que antes era explicado através de discursos e teorias, passou a ser literalmente exibido por meio de uma linguagem operacional. A redução do termo à referida linguagem fez com que a ideologia fosse esvaziada de sentido, reduzida a um discurso vazio e descompromissado. No entanto, tal fato não implicou uma maior transparência e fraqueza da mesma, mas é justamente esse vazio/vagueza que a tornou um importante instrumento de dominação.

O desenvolvimento do capitalismo monopolista trouxe consigo o surgimento do consumo de massa e da mercantilização da cultura, o que fez com que a publicidade se tornasse o principal componente da ideologia. Nesse contexto, a ideologia toma o mundo como objeto e “recorre ao culto do fato, limitando-se a elevar – graças a uma representação tão precisa quanto possível – a existência ruim ao reino dos fatos” (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p.138). Esse trecho é essencial, uma vez que mostra exatamente que “o culto aos fatos” é o que diferencia a nova configuração da ideologia.

Embora os autores afirmem que o esclarecimento não se restringe à época das luzes e expressa, na verdade, um processo contínuo de desmitologização, posteriormente diriam que o mesmo “regride a mitologia que jamais soube escapar” (ibid, p.15). Ao discorrerem sobre o conceito do termo, realizam um estudo sobre a razão, por meio do qual refletem sobre a ideologia na racionalidade tecnológica. Os autores afirmam que a técnica sempre esteve vinculada à dominação e ao saber prático, desse modo, a ideologia moderna possui relação intrínseca com o processo que restringiu o conhecimento humano a uma lógica formal e instrumentalizada, promotora da reprodução e da intensificação do domínio. Segundo os mesmos, “o saber que é poder não conhece nenhuma barreira [...]”. “A técnica é essência desse saber [...]”. “O que os homens querem aprender da natureza é como empregá-la para dominar completamente a ela e aos homens.” (ibid, 1985, p. 5). Nesse cenário de dominação, a matemática e a referida lógica formal transformaram-se em

instrumentos norteadores do progresso e da própria humanidade, haja vista que os números tornaram-se organismos do saber. Nas palavras dos autores,

a lógica formal era a grande escola da unificação. Ela oferecia aos esclarecedores o esquema da calculabilidade do mundo [...] A sociedade burguesa está dominada pelo equivalente. Ela torna o heterogêneo comparável, reduzindo-o a grandezas abstratas. Para o esclarecimento, aquilo que não se reduz a números e, por fim ao uno, passa a ser ilusão (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 7)

Tais afirmações nos levam à reflexão de que o método empregado através da razão pela ciência moderna desconsidera a possibilidade do particular, da individualidade e do surgimento de algo qualitativamente novo, fazendo com que o esclarecimento se distancie da sua função histórica reflexiva ao ser utilizado como meio de reproduzir ideologicamente as relações existentes. Pedroso (2007), ao fazer uma análise da teoria adorniana, afirma que, anteriormente à concepção de falsa consciência apresentada por Marx, mantinha em estreita relação com uma dinâmica de progresso, dinâmica essa que, na visão de Adorno, foi vitimada, tanto pela crescente concentração de poder propiciada pela concentração econômica, quanto pela paralisação do espírito, ambas caracterizadas como resultados do próprio progresso.

Antes, a ideologia se valia de ideias que, além de justificarem as condições sociais existentes em uma dada sociedade, permitiam também a crítica dessa mesma sociedade, no entanto, as novas condições sociais que emergiram a partir de 1930 fizeram com que essa configuração da ideologia fosse lançada para segundo plano, uma vez que o que vai prevalecer é o impedimento de qualquer busca de ruptura com o *status quo*. Nesse processo, a razão ao se tornar um importante instrumento que barra possíveis desdobramentos contrários à ordem então vigente, volta-se contra si mesma. Desse modo, de acordo com o autor

esse fechamento da sociedade frente aos caminhos por ela própria abertos implica numa paralisia do espírito: como as possibilidades de avanço configuram riscos, instala-se a tendência no sentido de tudo integrar ao já estabelecido, sob a ameaça constante de eliminação do que aparecer como desvio. (PEDROSO, 2007, p. 186),

A realização de uma crítica cultural era de suma importância para Adorno e significava a própria crítica da ideologia, uma vez que “a mentira que se apresenta como verdadeira realidade é representada pela cultura” (CROCCO, 2009, p. 47). A relação entre cultura e ideologia, na visão adorniana, pressupõe dizer que a primeira simula uma sociedade que, embora aparentemente seja digna do homem, na realidade não existe e esconde as múltiplas relações e condições materiais presentes na mesma com o objetivo de perpetuar a determinação econômica existente. Deste modo, denunciado primeiramente por Marcuse e posteriormente por Adorno e Horkheimer (1985), há uma degradação da cultura ocidental em ideologia.

Por sua vez, segundo a teoria habermasiana, a questão da ideologia no atual estágio do capitalismo encontra-se associada ao processo de despolitização das massas, fortemente influenciado pela lógica do progresso técnico-científico. Utilizada, em geral, como meio de controle e dominação da população, além de possuir alto poder de persuasão, estabelece relação intrínseca com os recursos da linguagem comunicativa, sendo que, para o autor, toda linguagem, desde a voltada pra fins de dominação, até a que é exercida sem o uso da coerção, é apontada para comunicação e, concomitantemente, para o consenso.

A crítica de Habermas aos métodos de dominação que prevalecem na sociedade se dá com base na Teoria Crítica, anteriormente apresentada de forma breve, e seu pensamento expressa também uma reflexão do processo de racionalização. De acordo com o autor, a racionalidade não se limita a um cálculo estratégico como meio para se alcançar determinado objetivo, mas vai além, pois por meio da ação comunicativa, cria as possibilidades do consenso. No que diz respeito à ação comunicativa, trata-se de uma forma privilegiada de relacionamento e de interação social, efetivada através da linguagem. Esse fato propicia, dentre outros benefícios, a articulação de valores, a elaboração e o questionamento de normas. Não se pode pensar a ação comunicativa desvinculada da linguagem, pois esta é considerada o veículo para a forma mais fundamental de ação social.

O autor concorda com a tese de que o iluminismo falhou e que o mundo encontra-se racionalizado; no entanto, acredita que existe uma alternativa para tal processo. A partir do pressuposto de que o projeto de modernidade pode ser revisto,

posiciona-se a favor de uma razão centrada no sujeito e não em uma razão instrumental, deste modo, o conceito de razão é expandido com o intuito de que a ação comunicativa seja parte do seu conteúdo.

Segundo Eagleton (2013, p. 203), na visão habermasiana, o termo pode ser definido como “uma forma de comunicação sistematicamente distorcida pelo poder – um discurso que se tornou um meio de dominação e que serve para legitimar as relações de força”. No entanto, essa distorção da linguagem, que ocorre em função dos interesses de poder que sobrevêm sobre ela, não pode ser considerada como uma questão externa, distante do sujeito. Ao contrário, a referida dominação ganha lugar até mesmo nas próprias falas dos indivíduos, o que implica dizer que a ideologia pode ser identificada também em meio aos discursos particulares.

Ainda de acordo com o autor, quando a comunicação é sistematicamente distorcida, há grande dificuldade de se desenvolver uma crítica acerca da mesma, pois, em geral, ela se apresenta com uma roupagem de normatividade e justeza, ou seja, “uma rede de comunicação sistematicamente deturpada tende a ocultar ou erradicar as próprias normas pelas quais se poderia julgar que ela está sendo deturpada” (ibid, p. 204). Assim, nesse cenário, não há possibilidade de se pensar outro sistema ou qualquer outra exterioridade que vá de encontro ao universo do mesmo, pois é o próprio sistema que as redefine ou mesmo as remove.

A partir dessa perspectiva, a confiança excessiva na razão instrumental é a causa das dificuldades vivenciadas pela sociedade moderna. As perspectivas para o futuro encontram base nas estruturas comuns da ética do discurso. É a partir da análise do uso social da linguagem que a razão comunicativa se baseia. Segundo Martins (2010, p. 25), “na estrutura do discurso argumentativo, há uma busca de compreensão, sem força coercitiva, com o poder convincente do melhor argumento. Trata-se, portanto de uma racionalidade intersubjetiva”. O processo deliberativo deve ocorrer de forma que os sujeitos interajam e coordenem suas ações a partir da interpretação da situação.

Aqui, além de a ação comunicativa ganhar grande significado ao evidenciar a relação que existe entre razão e comunicação, nota-se que a teoria vai além da

mera crítica à razão instrumental, uma vez que nos possibilita identificar critérios para distinguir um poder legítimo do ilegítimo, sendo que o principal critério é a existência do consenso alcançado através da ação comunicativa.

## **CAPÍTULO 2 – IDEOLOGIA E PROPAGANDA: APROXIMAÇÕES AO POLÍTICO**

O presente capítulo tem como objetivo apresentar a relação entre ideologia e propaganda; para tanto, abordamos a temática relacionando-a aos meios de comunicação, tendo em vista que é por meio destes veículos que ocorre a maior difusão dos diversos tipos de propaganda.

### **2.1 Meios de Comunicação de Massa**

Segundo McQuail (2003), os meios de comunicação de massa ou *media* de massas atuam em grande escala, de modo a atingir e a envolver, seja em maior ou menor grau, a maior parte possível de membros de uma sociedade. Dentre os referidos meios, podemos destacar os jornais, os rádios, as revistas, os filmes, as televisões e a internet. Esta última enquadra-se no que alguns autores chamam de “novos media”, caracterizados por possuírem veículos mais individuais, interativos e diversificados. Embora muitos acreditem que a comunicação de massa entrou em declínio devido ao advento da comunicação em rede, representada em geral pela internet, o referido autor afirma que, apesar do rápido e expressivo crescimento dos “novos media”, não se pode dizer que os meios de comunicação há muito estabelecidos, entraram em decadência, pois o que de fato está acontecendo é que os mesmos estão sendo reforçados e alargados, o que não os impossibilita de serem desafiados a se adaptar aos recém-chegados.

Caracterizados atualmente pela grande popularidade e pela quase universalidade de alcançar a todos, os meios de comunicação de massa repercutem, tanto na organização política das sociedades contemporâneas, quanto na vida cultural das mesmas. No que tange ao campo político, os referidos meios transformaram-se aos poucos em:

- Um elemento essencial no processo político democrático, providenciando uma arena e um canal para um debate alargado, tornando mais conhecidos os candidatos aos lugares políticos e distribuindo informação e opiniões diversas.
- Um meio de exercer poder em virtude do acesso relativamente privilegiado que a ele têm os políticos e os agentes do governo, apresentado como um direito legítimo (McQUAIL, 2003, p.4).

No que compreende a vida cultural das sociedades contemporâneas, além de se estabelecerem como “uma fonte básica de definições e imagens da realidade social e a expressão mais alargada da identidade comum”, são também “o maior foco de interesse do tempo de lazer, providenciando o ambiente cultural comum para a maior parte das pessoas, mais do que qualquer outra instituição” (ibid). As variadas técnicas de comunicação despejam sobre as massas uma gama de notícias que, em sua maioria, são aceitas sem nenhum controle por parte da população. Em geral, os jornais modernos possuem um alto poder de alcance sobre os indivíduos, porém, segundo Domenach (2001, p.19), são utilizados como uma forma de “negócio a serviço do capitalismo ou do Estado e dependem de agências de informações, igualmente controladas”.

Por sua vez, o rádio rompeu com a limitação que a palavra possuía antes da sua criação, e as suas diversas estações possibilitaram a difusão dos mais variados conteúdos. Com o advento das novas técnicas, a reprodução imagética ganha novos contornos, proporcionados por meio da criação da fotografia e do cinema. A primeira fez com que a imagem se tornasse mais convincente, pois reproduzia de forma direta o cenário social, já no que tange ao cinema, este propiciou a sensação de que a imagem passada na tela é realmente verídica, não se distinguindo, assim, da vida cotidiana dos indivíduos. Segundo Domenach (2001, p.16),

o progresso dos meios de comunicação, a formação dos aglomerados urbanos, a insegurança da condição industrial, as ameaças de crise e de guerra, a que se juntam múltiplos fatores de uniformização progressiva da vida moderna (língua, costumes e outros), tudo isso contribui para criar massas ávidas de informações, influenciáveis e suscetíveis de brutais reações coletivas. Ao mesmo tempo, os inventos técnicos fornecem os meios de agir imediata e simultaneamente sobre essas novas massas.

Thompson (2007) define a comunicação de massa por meio de quatro características, sendo elas, a produção e a difusão de bens e símbolos, a cisão entre a produção e a recepção dos referidos bens, a extensão da disponibilidade das formas simbólicas no tempo e no espaço e a circulação pública destas mesmas formas. No que diz respeito à primeira característica, esta compreende a transformação dos bens simbólicos em informação, de modo que os mesmos sejam disponibilizados às massas em forma de mercadoria. A segunda característica envolve a generalização de um processo pelos meios de comunicação de massa e abrange a mediação dos bens simbólicos pelos meios técnicos, que, por sua vez, são os responsáveis pela transmissão daqueles. No que tange à extensão da disponibilidade das formas simbólicas no tempo e no espaço, esta implica em dizer que a transmissão cultural envolve tanto uma distanciação de espaço como de tempo. Já a quarta característica chama atenção para a disponibilidade e a circulação das formas simbólicas transmitidas pela comunicação de massa. Tais formas são destinadas a um número indeterminado de receptores e estão disponíveis a todos aqueles que detenham os meios técnicos necessários à sua aquisição.

Todas as características citadas acima são apontamentos norteadores para a interpretação que o autor faz acerca dos processos sociais pelos quais as formas simbólicas atravessam o mundo social, sendo que, para aquele autor, o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa encontra-se relacionado ao surgimento do capitalismo moderno e à ampliação dos meios técnicos associados à produção, transmissão e recepção das formas simbólicas. A comunicação de massa é definida pelo autor como sendo “a produção institucionalizada e a difusão generalizada de bens simbólicos através da transmissão e do armazenamento da informação” (THOMPSON, 2007, P. 288).

Adorno e Horkheimer (1985) analisam os meios de comunicação por meio da discussão em torno da “Indústria Cultural”. De acordo com os autores, a referida indústria participa do processo de legitimação ideológica e da integração dos sujeitos no modo de vida das sociedades capitalistas atuais, além disso, é constituída por uma rede de comunicação fortemente articulada, aliada aos

interesses da classe dominante. Pautando-se em tais interesses, influencia e reordena as mais variadas manifestações culturais. Tal fato dificulta e, às vezes, impede a permanência das expressões culturais das classes subalternas que não apresentam em si o conteúdo dominante, o que implica dizer que uma determinada classe administra conforme lhe convém o processo de desenvolvimento societário. A política cultural da classe dominante é construída como estratégia que lhe propicie controle e direção da sociedade. Nesse cenário, os meios de comunicação de massa são imprescindíveis, pois serão direcionados para a difusão e inculcamento da ideologia da referida classe.

A partir de então, por meio da divulgação de uma concepção de mundo dominante, impõem-se um padrão cultural, que não corresponde à totalidade social. O supracitado termo foi utilizado como forma de substituir a expressão “cultura de massa”, anteriormente utilizada por Adorno, uma vez que esta podia levar ao entendimento de que correspondia a uma cultura que surgia das próprias massas. A adoção da expressão “indústria cultural” tentou romper com tal interpretação e indicar que, no atual estágio do capitalismo, a cultura é produzida a partir da lógica do lucro, o que faz com que a mesma seja mercantilizada, industrializada e gerida de cima para baixo. Conduzida pela lógica do capital e administrada pelas autoridades econômicas e políticas, a indústria cultural é considerada ideológica.

Na visão dos autores, a técnica da indústria gerou a padronização e a produção em série. Nesse contexto, tudo possui aparência de semelhança, tendo em vista que, subordinada ao poder do monopólio, “toda cultura de massas é idêntica” (p.114). Aqui, o cinema e arte já não mais se apresentam como arte, mas passam a representar um negócio utilizado como meio de legitimar o que o próprio sistema produz. No entanto, os autores ressaltam que, a supracitada padronização, bem como seus desdobramentos, não são consequências da evolução natural da técnica, mas a função que a mesma exerce na economia contemporânea.

O terreno no qual a técnica conquista seu poder sobre a sociedade, é o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade. A racionalidade técnica é hoje a racionalidade da própria dominação. Ela é o caráter compulsivo da sociedade alienada de si mesma (Adorno e Horkheimer, 1985, p.114).

Os produtos advindos da referida indústria, do modo que são constituídos, atrofiam a imaginação e a espontaneidade do consumidor cultural. Diante dessa perspectiva, os autores citam como exemplos os filmes sonoros, os quais, por meio de uma reprodução rigorosa do mundo cotidiano, passam a impressão de que este é exatamente o prolongamento do que se encontra naqueles, levando à interpretação de que não há distinção entre ambos. Assim, a partir de tal exemplificação, os autores afirmam que “o filme adentra o espectador entregue a ele para se identificar imediatamente com a realidade” (p. 119). Apesar de sua apreensão adequada exigir dos indivíduos conhecimentos específicos sobre os mesmos, “proíbem a atividade intelectual do espectador, se ele não quiser perder os fatos que desfilam velozmente diante dos seus olhos” (p.119). Os impactos que tais produtos causam à sociedade não se restringem aos filmes, mas estão presentes nos diversos meios de comunicação existentes.

No que tange especificamente à massa, Canetti (1995) apresenta dois tipos da mesma. O primeiro corresponde à “massa aberta” ou natural. Esta visa o crescimento do número de indivíduos que virão a integrá-la. “Ela não reconhece casas, portas ou fechaduras, aqueles que fecham a ela são-lhe suspeitos” (CANETTI, 1995, p. 15), desse modo, deseja alcançar todos aqueles que estão ao seu alcance e encontra-se em todas as partes e direções. Ao parar de crescer, desintegra-se e passa a não mais existir. Tanto o seu crescimento quanto sua desintegração ocorrem de forma súbita, colaborando para que seja uma construção delicada, “a massa traz sempre vivo em si um pressentimento da desintegração que a ameaça e da qual busca escapar através do rápido crescimento” (ibid). O segundo tipo apresentado pelo autor não visa ao crescimento, mas sim, à durabilidade. Sobre a intitulação de “massa fechada”, estabelece um espaço limite a ser preenchido, também chamado de fronteira. O acesso à mesma é restrito, de modo que seu espaço, ao completar-se, não aceita a inclusão de outras pessoas. “A fronteira impede um crescimento desordenado, mas também dificulta e adia a desintegração. O que sacrifica assim em termos de possibilidade de crescimento, a massa ganha em durabilidade” (Ibid, p. 16).

Ainda de acordo com o autor, o que constitui a massa é a “descarga”. Considerada o acontecimento mais importante que se desenrola no interior daquela, a descarga é definida como o momento em que todos os membros que compõem a massa deixam em segundo plano as suas diferenças e passam a sentir-se iguais. Tais diferenças são definidas por meio da hierarquia, posição social e da propriedade, ou seja, são impostas a partir do exterior. De acordo com Canetti (1995, p.17), “na descarga, deitam-se abaixo as separações, e todos se sentem iguais. [...] É em razão desse momento feliz, no qual ninguém é mais ou melhor que os outros, que os homens transformam-se em massa”. As reflexões em torno da massa serão desenvolvidas com mais afinco no capítulo posterior, no qual discutiremos, de forma mais detalhada, o caso específico do nacional-socialismo alemão, cuja adesão desta foi essencial para a ascensão do regime.

## **2.2 Propaganda e ideologia: uma equação possível?**

As interpretações acerca do papel e da ação da propaganda na sociedade variam de autor para autor e de área de pesquisa para área de pesquisa. Alguns destacam o papel educador da propaganda, outros já a enxergam como um instrumento de dominação da sociedade. Esta última teoria é a mais facilmente encontrada e disseminada e apesar do presente trabalho afirmar que, no caso específico do Nacional-Socialismo a propaganda foi utilizada como um catalisador de crenças e sentimentos já imbuídos em maior parte do povo alemão, a discussão em torno da supracitada teoria é de fato relevante.

De acordo com Adorno (1992) o mundo dominado pela técnica traz consigo mudanças negativas que incidem na vida dos indivíduos, para ele, “a tecnificação torna, entretentes, precisos e rudes todos os gestos, e com isso, os homens” (ibid, p.33). Para o autor, o nazismo utilizou-se dos meios de comunicação em massa para instaurar na sociedade alemã a dominação através de falsas promessas de estabilidade e felicidade, ou seja, a dominação por meio da ignorância. Nesse

cenário, a indústria cultural, através dos meios de comunicação em massa, forma verdades convenientes e propaga as crenças que são do seu interesse. Nessa sociedade tecnificada a propaganda atua como um instrumento que ameaça o sujeito, pois, devido a imposições ideológicas, os indivíduos são levados a aceitarem e se adaptarem a estrutura vigente.

Segundo Adorno (1992), um dos aspectos mais nocivos da estruturação das culturas de massas é o esquematismo e a deliberação estratégica, haja vista que, estes, voltados para o lucro, fazem com que a mercadoria cultural torne-se uma atividade industrial. Os meios de comunicação são considerados o principal caminho da ideologia consumista, nos quais criam necessidades artificiais e também o grande desejo de consumir. A propaganda entra como instrumento de convencimento dos indivíduos de que eles precisam do produto oferecido. Desse modo, ao explorar as carências afetivas das pessoas, o consumidor ao invés de comprar determinado produto, adquire na realidade a imagem que o referido produto passa, sendo que em geral, está sempre atrelada a uma imagem de felicidade. Embora tais características nos permitam afirmar que a ideologia presente na indústria cultural indique para um caminho de dominação e que a propaganda age, segundo tal perspectiva, no mesmo sentido, isso não significa que não existem resistências a tal posicionamento.

Alguns autores, como Walter Benjamin (1983), afirmam, por exemplo, que com o advento da técnica e de suas formas de alcance e reprodução, a arte encontrou lugar em classes sociais que outrora não eram alcançadas, pois, segundo o autor “anteriormente, as obras de artes estavam a serviço de um ritual e a um grupo seletivo de pessoas, uma classe privilegiada” (ibid, p.08). Desse modo, as novas técnicas de reprodução contribuíram para a emancipação da obra de arte, no sentido de que, anteriormente o que era retratado em uma pintura dotada de unidade e duração, agora já pode ser registrado em uma fotografia ou mesmo em cenas cinematográficas. O autor reconhece que as referidas técnicas fazem com que tanto as obras de arte, como outros bens culturais tornem-se um fenômeno de massas, haja vista que há uma perda da aura de tais bens, ou seja, uma perda da

autenticidade e testemunho histórico. No entanto, ele ressalta que os mesmos meios que são utilizados com forma de dominação, também podem ser direcionados como instrumentos revolucionários. Como exemplo, Benjamim (1983) cita o cinema, no qual, pode se tornar um importante caminho de contestação de concepções antigas e relações sociais.

De acordo com Rummert (1986), é no campo dos meios de comunicação de massa que podemos constatar as estratégias utilizadas para convencimento da população acerca de determinada ideologia. Dentre tais estratégias, destacam-se as materializadas por meio da função educativa do Estado, sendo elas

o controle sobre a divulgação de informações e sobre os valores difundidos na sociedade; a mobilização da sociedade em torno dos objetivos da classe dominante; a legitimação do sistema social e político; a abordagem da estrutura capitalista como algo natural e imutável; a substituição dos valores culturais qualitativos pelos valores quantitativos que atendem à sempre crescente necessidade de consumo; a reorganização das diferentes modalidades de produção cultural, dos vários segmentos sociais, em um conteúdo único e homogeneizado; a construção da ilusão social de que todos podem conquistar, por seus próprios méritos, o direito de usufruir igualmente dos bens produzidos na sociedade capitalista (ibid, p.137).

Partindo dessa perspectiva, a manipulação dos conteúdos que circulam na sociedade se dá pelos interesses da classe dominante, que por sua vez, controla tanto a quantidade quanto a qualidade do saber a ser disponibilizado, contribuindo assim para a regulação até mesmo da capacidade dos indivíduos em administrar e ampliar sua percepção crítica acerca da realidade em que vivem. A referida manipulação está presente nos vários espaços da vida cotidiana, e chega a alcançar poder até mesmo no tempo de lazer da classe trabalhadora. Ainda de acordo com Rummert (1986), existe certa preocupação de que a produção dos conteúdos seja realizada de modo a assemelhar-se com o próprio trabalho do indivíduo, evitando que haja grande discrepância entre as atividades dos referidos locais.

Tal preocupação se deve ao fato de que, caso os conteúdos dos meios de comunicação fossem constituídos por mensagens que colocassem diante das classes subalternas, temas inteiramente distintos da ideologia que

pauta a organização do trabalho e questões críticas sobre a forma de vida nas sociedades capitalistas, essas classes estariam colocadas diante de dualidades que fatalmente viriam a gerar uma reação de inconformismo com a realidade (RUMMERT, 1986, p.140).

As propagandas, dentre as quais as políticas, que constituem o foco principal do presente trabalho, valorizavam, em sua maioria, ideias e imagens humanas em um contexto bem delimitado, além disso, expressam por meio do movimento da política, grande anseio de conquistar e explorar algo ou alguém. Garcia (2005), ao analisar a relação entre ideologia e propaganda, afirma que a união destas visa construir em maior amplitude possível, ideias e convicções nos indivíduos, o que desdobraria posteriormente no direcionamento do comportamento social dos mesmos. O autor utiliza a expressão “Propaganda Ideológica” para discutir de forma mais específica a referida relação; e, segundo ele, é a partir desta que, as mensagens disseminadas por diversos veículos de comunicação são compostas por uma versão da realidade, na qual ora sugere a manutenção de uma dada sociedade e ora alude à transformação da mesma. Há grande esforço em convencer os indivíduos a agirem de determinado modo. Embora nem sempre apareçam de forma explícita, os objetivos contidos na propaganda representam o anseio de certos grupos e, para que se concretizem, necessitam da adesão da coletividade.

Os diversos meios de comunicação transmitem as informações sob a aparência de neutralidade, como se não houvesse nenhum posicionamento por trás das mesmas, porém, na realidade, as referidas informações não se pautam em meras descrições dos acontecimentos, mas favorecem determinados pontos de vista. Ainda de acordo com Garcia (2005), uma série de instrumentos, aparentemente usados para orientar as pessoas ou decorar ambientes, como por exemplo, os nomes das praças e ruas, as estátuas distribuídas pelas cidades, são na verdade, “propaganda ideias que interferem nas opiniões das pessoas sem que elas se apercebam disso. Desse modo, são levadas a agir de certa forma que lhes é imposta, mas que parece por elas escolhida livremente” (ibid,s/p).

A grande manipulação e a imposição dos conteúdos contribuem para o conhecimento da realidade somente a partir do que foi autorizado. Em geral, os

grupos controladores do conteúdo buscaram a adesão das massas para alcançar seus interesses, sendo que, em vários momentos, a propaganda não foi utilizada somente como instrumento para disseminar ideias e princípios, mas para impor o papel que os indivíduos e suas famílias deveriam desempenhar na sociedade.

A difusão da propaganda ganha mais força quando ela vai além dos meios de comunicação e chega também às instituições sociais. Esse fenômeno contribui, de forma significativa, para que a ideologia encontre lugar em todas as classes societárias. “Em todas as partes e por todos os meios, todos passam a ser orientados para os mesmos fins e enquadrados dentro dos mesmos princípios” (ibid). A partir de então, a instituição familiar é persuadida pelos efeitos da propaganda e passa a transferir aos seus membros normas e concepções condizentes com os interesses das classes dominantes. Com isso, as futuras gerações tendem a reproduzir o papel desempenhado pelos seus antecessores e a se enquadrarem na lógica do sistema econômico-político e cultural vigente. As escolas e instituições religiosas também participam de forma expressiva na definição do papel dos sujeitos, uma vez que seus ensinamentos vão além do desenvolvimento do indivíduo ou da transmissão de um conforto espiritual, mas englobam instruções sobre normas que os sujeitos devem seguir para serem aceitos na sociedade. Dessa forma,

esse processo de retransmissão da ideologia, difundida inicialmente pela propaganda, ocorre, da mesma forma, em todos os tipos de instituições, sejam elas religiosas, políticas ou mesmo culturais e recreativas. Nos partidos políticos, sindicatos, empresas, clubes e associações, a todo momento se está defendendo e disseminando as ideias incutidas pela propaganda(GARCIA, 2005, s/p).

Embora possuam abordagens distintas, a posição de Garcia (2005) é questionada no mesmo sentido da posição apresentada por Adorno (1992), sendo que muitos a consideram como uma visão extremista e delimitada em torno da temática. A origem da propaganda “como uma empresa organizada para influenciar a opinião pública e dirigi-la” é datada a partir do século XX (DOMENACH, 2001, p. 14). No que diz respeito à propaganda política, possui mecanismos dotados de

complexidade nos quais engloba desde componentes psíquicos e fisiológicos a alguns que se apresentam sob tamanha inconsistência que não possibilitam o seu conhecimento. Segundo Domenach (2001), na primeira metade do século XX, a propaganda política foi um dos fenômenos dominantes que propiciou grandes acontecimentos históricos, tais como a revolução comunista e o fascismo. Desse modo, deve-se, em grande parte a ela, a conquista de Lenin na instauração do bolchevismo e as vitórias de Hitler com a ascensão do nazismo. Nos regimes totalitários, a propaganda antecedia a polícia e o exército, de modo a facilitar-lhes as atuações, tendo em vista que, a exemplo da polícia alemã, esta não possuía poder para além das fronteiras da nação, terreno em que as propagandas desempenharam papel fundamental de busca da adesão de simpatizantes.

A propaganda política hitlerista foi utilizada como meio de conquistar as massas e de tornar as ações do partido mais aceitáveis por parte da nação, tendo em vista que esta não se encontrava isolada de todos os meios de informação. De acordo com Arendt (2000, p. 392), “os discursos de Hitler aos seus generais durante a guerra são verdadeiros modelos de propaganda, caracterizados principalmente pelas monstruosas mentiras com que o Fuhrer entretinha os seus convidados na tentativa de conquistá-los”. A maioria das propagandas nazistas voltava-se para o público externo, a considerar, além dos países não-totalitários, as próprias camadas internas não-totalitárias da nação. A partir de então, a propaganda torna-se um instrumento fundamental para enfrentar o mundo não-totalitário. Ainda de acordo com a autora, o que caracterizava, de forma mais específica, tais propagandas, era a imposição de insinuações e ameaças veladas e indiretas a todos aqueles que rejeitassem os ensinamentos do regime, tais imposições, em geral, desdobravam-se em assassinatos em massa, em que não se buscavam distinções entre culpados e inocentes. Outra característica central era a utilização das ideias cientificistas em seu conteúdo. Embora não tenham sido os regimes totalitários os responsáveis pela criação das referidas ideias, tampouco os únicos a empregá-las, vieram a aperfeiçoá-las de forma singular.

Mesmo com o fim do regime Totalitário Nazista, Sant’anna (2007) afirma que muitas das técnicas de propaganda política empregadas na época como forma de

convencimento e de difusão de ideias e significados ainda encontram-se presentes em nossa sociedade. Segundo o autor, dentre tais técnicas, encontram-se a busca pela simplificação dos conteúdos e a utilização de símbolos, de modo a tornar a argumentação mais clara possível e a conservar na memória das massas o conteúdo difundido. Para que a estratégia simplificadora obtenha maior êxito, é necessário que as esperanças quanto ao ambiente vivenciado ou o ódio por situações adversas sejam concentrados sobre uma única figura. Outra técnica utilizada é a divulgação exagerada das informações e notícias, isso implica que todos os dados favoráveis a determinado partido sejam colocados em evidência. Nesse cenário, qualquer informação pode se tornar uma prova ameaçadora e de incitação contra o adversário. A repetição das propostas e temas centrais também é muito utilizada na propaganda política, no entanto, tais repetições devem ser realizadas de modo a não causarem exaustão nas massas, nem prejudicar os ensinamentos inerentes aos conteúdos. De acordo com o autor, o êxito de uma grande campanha ocorre quando a mesma

se amplifica em ecos indefinidos; quando consegue suscitar um pouco por toda parte a retomada do mesmo tema, e que estabelece entre os seus promotores e transmissores verdadeiro fenômeno de ressonância, cujo ritmo pode ser seguido e ampliado (SANT'ANNA, 2007, p.60).

Para obtenção da ressonância citada pelo autor, é preciso que o objetivo da campanha corresponda também a um desejo consciente, em maior ou menor grau, das massas. Desse modo, torna-se necessário que as propagandas apresentem rapidez quanto à produção de revelações e respostas ao público. Uma das maiores preocupações ao se fazer propaganda diz respeito à identificação dos anseios dos sujeitos, fazendo com que a mesma nunca surja do nada, mas como afirma Sant'Anna (2007, p. 61)

aja sempre sobre um substrato preexistente, seja uma mitologia nacional, seja simples complexos de ódios e de preconceitos tradicionais. Princípio conhecido por todo orador público e ao de que não se deve contradizer formalmente uma multidão, mas, de início, declarar-se de acordo com ela, acompanhando-as antes de moldá-la ao objetivo visado

No sentido de criar uma ilusão de unanimidade, a propaganda apresenta uma série de recursos que atraem a massa por meio de um discurso salvador e heróico, em que induz ao entendimento de que determinado partido ou figura possui o segredo da felicidade tão almejada. É claro que não se pode simplificar as técnicas de propaganda política somente por meio dos exemplos aqui referenciados, tendo em vista que aquela não se reduz meramente a fórmulas, mas apresenta mecanismos de tamanha complexidade que, por vezes, escapam a interpretações.

Por fim, não podemos deixar de falar sobre a manipulação na política, tendo em vista que esta é pouco mencionada nos diversos manuais acerca da propaganda. Primeiramente, tal manipulação caracteriza-se pela busca de vulnerabilidades do adversário a fim de enfraquecê-lo, ou seja, trata-se da escolha de um alvo de ataque. Concomitantemente, encontra-se a necessidade de definir o meio para o alcance de tal objetivo. Em geral, a referida escolha pauta-se em instrumentos que propiciem o anonimato à fonte e à pessoa que idealizou a operação. Nesse cenário, os meios de comunicação, além de serem utilizados como instrumentos fundamentais na criação, amplificação e exploração dos acontecimentos, atuam como orientadores da opinião pública para determinado alvo. Esta, por sua vez, é considerada tanto o objetivo, como o meio, e é amplamente explorada de modo a provocar certa agitação da opinião. A manipulação visa determinar uma crise, “a intenção é criar uma crise de confiança, tirar proveito do descontentamento difuso de determinado grupo” (SANT’ANNA, 2007, p.63). A eficácia da manipulação depende da conjuntura política, pois é esta que possibilitará ou não a exploração da ampliação dos resultados aparentes, de modo a criar-se um encadeamento de acontecimentos com aparências reais. Ainda de acordo com Sant’Anna (2007, p.63), “o que caracteriza a manipulação é a exploração necessária dos bons sentimentos do povo, da *intelligentsia*, dos que informam, os quais carregam de roldão os partidos”. No capítulo a seguir, veremos a partir da análise do documentário “O Triunfo da Vontade”, como a propaganda nazista foi utilizada como catalisadora de sentimentos imbuídos em grande parte da população alemã e como meio de divulgar tanto a ordem política, quanto a ordem social do Regime Totalitário Nazista.

## **CAPÍTULO III – IDEOLOGIA, PROPAGANDA E POLÍTICA NO NACIONAL-SOCIALISMO**

O presente capítulo apresenta a discussão acerca da tríade ideologia, propaganda e política no caso específico do Nacional-socialismo. Para tanto discorreremos inicialmente algumas considerações em torno do termo e do seu contexto histórico. A temática do antissemitismo também será abordada a fim de demonstrarmos que, ao contrário do que muitos pesquisadores afirmam, a população alemã não apresentava uma cegueira quanto a suas ações e que a propaganda nazista agiu como catalisadora de sentimentos já imbuídos em grande parte do povo alemão. Veremos a partir do documentário “O Triunfo da Vontade”, como o Regime Nazista buscava tanto um ideal de nação quanto de indivíduo. A análise não se direciona aos aspectos econômicos do Regime, mas sim ao âmbito do poder, desse modo, não apresentaremos questões tocantes a cooperação econômica do mesmo.

### **3.1 Nacional-Socialismo: afinal do que se trata?**

O termo Nacional-Socialismo abordado no presente trabalho diz respeito ao movimento político ocorrido na Alemanha após a Primeira Guerra Mundial, mais conhecido como Nazismo. De acordo com Bobbio (1998), o conhecimento do significado original do termo é imprescindível, a fim de se evitar equívocos quanto ao emprego do mesmo. Segundo o autor, é necessário, ao analisar o Nacional-Socialismo como fenômeno histórico, que este seja definido através de dois níveis principais, sendo eles, as raízes ideológicas do movimento e a sua concretização política. Partindo desses níveis, o referido fenômeno, além de representar uma reação ao resultado e consequências da Primeira Guerra Mundial, expressa também convicções e crenças que tiveram origem muito antes da mencionada guerra, sendo

considerado assim “bem mais do que um simples movimento de protesto pós-guerra, dirigido por um eficiente agitador de massas como foi Hitler” (BOBBIO, 1998, p.807).

Há interpretações distintas quanto às raízes históricas do Nacional-Socialismo; porém, a mais difundida dá destaque à Primeira Guerra Mundial e a Adolf Hitler, o que contribui para que o fenômeno seja “definido como movimento hitleriano e hitlerismo” (ibid). No entanto, na visão de Bobbio (1998), existem três fases históricas da Alemanha que possuíram relação com as raízes ideológicas do movimento. Todas as fases indicam o caminho em direção ao tão almejado Estado nacional alemão, sendo elas: “a reação nacionalista à ocupação napoleônica (1806-1815); a falência da revolução liberal de 1848; a solução conservadora e militar do problema alemão, durante o governo Bismarck, a partir de 1871” (ibid).

Concomitante ao progresso do processo de unificação política e de modernização da nação houve um desenvolvimento das ideias nacionalistas alemã, nas quais se sobrepuseram tanto aos ideais liberais quanto aos constitucionais. Para Hobsbawm (1995), o século XX pode ser chamado de “Era da Catástrofe”, pois, esse período foi marcado pelo grande declínio de valores e instituições da civilização liberal. Segundo o autor, ao analisar o mundo como um todo, pressupõe-se que “havia talvez 35 ou mais governos constitucionais e eleitos em 1920 (dependendo de onde situamos algumas repúblicas latino-americanas). Até 1938, havia talvez dezessete desses Estados, em 1944 talvez doze, de um total de 65” (ibid, p. 115).

De acordo com Bobbio (1998), a situação na qual a Alemanha se encontrava no período entre 1918 e 1919 foi propícia para a mobilização contra as fortes imposições realizadas pelo Tratado de Versalhes. Considera-se que a carreira de Hitler teve início nesse contexto, haja vista os seus discursos inflamados de ataque à “escravidão” sofrida pela Alemanha por meio do referido tratado. No entanto, o nacionalismo agressivo que parecia apenas um posicionamento contra as imposições e humilhações decorridas do fracasso na guerra, ganhou um sentido muito mais expressivo, e passou a significar “a expansão imperialista da grande Alemanha, na sua condição de potência-guia mundial, fundamentada nas qualidades superiores da raça germânica ou nórdica” (ibid, p.808). No campo político, o Nacional-socialismo apresentou-se como a força mais expressiva direcionada contra

as imposições do supracitado tratado, no campo ideológico, houve um retorno das ideias que colocavam a Alemanha como uma nação que deveria ter uma posição singular na Europa, sendo assim, desenvolveu-se “a doutrina da superioridade cultural e racial de um futuro império germânico da nação alemã (como sendo uma nova forma do sacro Império Romano medieval da nação alemã)” (ibid).

Por trás do discurso de Hitler de revisão do tratado, havia desde o início um objetivo invariável no qual ia além da expansão do território da nação, mas englobaria a ampliação do Lebensraum (espaço vital) alemão para além do núcleo racial de sua população.

A ideia básica de Hitler era de manifestar o princípio expansionista do Estado Nacional mediante o princípio imperialista do predomínio dos elementos superiores biológica e racialmente, orientando seus ataques contra os eslavos, racialmente inferiores, ao leste e, internamente, contra os judeus, o inimigo mundial número um (BOBBIO, 1998, p. 808).

Apesar de Bobbio (1998) acreditar que o Nacional-socialismo pode ser compreendido como um produto da Primeira Guerra Mundial, o autor enfatiza que esse movimento político recebeu forma e força por meio dos problemas da história alemã moderna, dos quais ele destaca:

a fragilidade da tradição democrática e os poderosos resíduos das instituições autoritárias governativas e sociais existentes antes e depois de 1848; a facilidade de aceitação das ideias nacionalistas e imperialistas, produto da criação atrasada e nunca plenamente concretizada de um Estado nacional alemão; os problemas decorrentes da inesperada derrota e da decorrente invencione da “facada pelas costas”, o difuso mal estar em relação à paz de Versalhes; a crise permanente de uma república que nunca conseguiu obter apoio total da população; as explosivas conseqüências da depressão neste Estado altamente industrializado, social e religiosamente dividido, conservando ainda resíduos feudais e tradicionalistas; enfim, o medo da proletarização e do comunismo experimentado pela classe média, e o ulterior ressentimento e pavor de uma população rural ameaçada pela expansão da tecnologia moderna (BOBBIO, 1998, p.810).

Um conjunto de manobras contribuiu para que Hitler chegasse ao poder em 1933. Após o fracasso da tentativa de golpe de Estado em 1923, o futuro líder da

nação redirecionou suas táticas e “aproveitou-se de oportunidades proporcionadas pela legislação de emergência prevista na Constituição de Weimar a fim de revogar a mesma” (Bobbio, 1998, p.810-811). O presidente alemão Hindenburg desempenhou papel expressivo para a chegada de Hitler ao poder. Além de ajudar o partido nacional-socialista a se livrar da posição de partido minoritário, haja vista que este nunca alcançou mais que um terço de votos da população. Com os poderes especiais concedidos pela legislação, Hindenburg nomeou Adolf Hitler como chanceler da nação. Com o enfraquecimento das forças democráticas e com o crescimento do partido de Hitler, amplo número de dirigentes alemães optou por se posicionarem ao lado de Hitler após 1933.

O regime nacional-socialista esteve à frente da Alemanha de 1933 a 1945. Logo de início instaurou um processo de cerceamento e coordenação das mais diversas forças e instituições, estejam elas no campo político, social ou cultural. Em 1934, foi implantado de forma definitiva o sistema totalitário baseado num único partido e em um único líder, pois foi nesse ano que Hitler conseguiu apoio maciço do exército alemão e se nomeou, depois da morte de Hindenburg, chefe do Estado e líder tanto do partido quanto da nação. De acordo com Bobbio (1998, p. 811) “nos anos seguintes o regime se estruturou para concretizar suas finalidades ideológicas, quer no campo da política interna que no campo da política externa”.

Alguns fatores característicos dos inícios do Nacional-Socialismo ainda são destacados segundo o autor. Tendo em vista que o supracitado movimento baseou-se no princípio do líder, ao Führer era direcionada uma veneração quase religiosa, sendo que a sua figura encontrava-se ao centro de tudo. No lugar da sociedade classista e do pluralismo econômico, a “comunidade nacional” foi escolhida como remédio que colocaria um fim nos males políticos e econômicos da nação. A agressividade gerada pelo movimento era dirigida pela criação da ideia do inimigo radical, nesse caso, os judeus. O movimento buscava atingir todas as camadas da população e estruturava-se direcionado num darwinismo social nacionalista e racista, ou seja, as ideias do Nacional-socialismo pautavam-se no direito do mais forte.

Hobsbawn (1995) afirma que o triunfo de Hitler na Alemanha foi fundamental para que o fascismo se tornasse um movimento geral, haja vista que,

sem a posição internacional da Alemanha como uma potência mundial bem-sucedida e em ascensão, o fascismo não teria tido impacto sério fora da Europa, nem teriam os governantes reacionários não fascistas se dado o trabalho de posar de simpatizantes fascistas [...] (HOBSBAWN, 1995, p.120).

No entanto, de acordo com o autor, isso não produziu um movimento sério, mas, cooperadores dos alemães ideologicamente motivados durante a Segunda Guerra Mundial. O discernimento do que os vários tipos de fascismo tinham em comum não é tarefa fácil, pois mesclava elementos fascistas como, por exemplo, nacionalismo, anticomunismo e antiliberalismo com elementos não fascistas da direita. De acordo com Hobsbawn (1995, p.121),

os fascistas eram os revolucionários da contra-revolução: em sua retórica, em seu apelo aos que se consideravam vítimas da sociedade, em sua convocação a uma total transformação da sociedade, e até mesmo em sua deliberada adaptação dos símbolos e nomes dos revolucionários sociais, tão óbvia no Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores de Hitler, com sua bandeira vermelha (modificada) [...]

Veremos no item a seguir, como a conjuntura histórica do Terceiro Reich (império alemão) foi marcada por rivalidades pessoais, arbitrárias e geradoras de insegurança acirradas ainda mais pela vigilância e terror empregados, porém, ao contrário do que tinha prometido, o regime não proporcionou ao povo alemão nem sequer a ordem política prometida, mas sim “erigiu-se exclusivamente sobre o despotismo organizado e sobre crimes pseudolegais e mal escondidos” (Bobbio, 1998, p. 812).

### **3.2 Contra um inimigo comum**

De acordo com Pereira (2014), a Alemanha Nazista, marcada por um nacionalismo hipertrofiado, possuía vários inimigos, porém nenhum deles foi tão

odiado quanto os judeus. Estes eram vistos como uma ameaça à Nação ou ao Estado, representavam tudo que pudesse causar desordem e perturbação à sociedade alemã. De acordo com o autor “eles formavam a contraidentidade, a reversão de valores, virtudes, sendo apresentados como nômades desonestos, manipuladores covardes nos bastidores, exploradores sujos e predadores sexuais” (ibid, p.15). Como a identidade alemã pautava-se no âmbito da etnia, ou seja, um alemão ao emigrar, continuava sendo alemão, a figura do judeu indicava uma “imagem reversa da autodefinição alemã” (ibid). Nesse cenário, “a propaganda nazista simplesmente usou a disposição dos alemães, muito acentuada no século XIX, para o antissemitismo” (ibid).

Existem posicionamentos diferentes em relação ao surgimento do exacerbado ódio aos judeus. Alguns autores afirmam que o mesmo teve origem com o surgimento do próprio judaísmo na Antiguidade Pagã, outros alegam que foi a partir da difusão do cristianismo que podemos encontrar as suas raízes. Segundo Pereira (2014) o antissemitismo tradicional, compreendido entre o século XV e o século XIX, apresentou quatro características principais, sendo elas, o deicídio, a traição, a suspeita aos textos sagrados judaicos e a usura. No que diz respeito à primeira característica, esta indica uma atribuição de responsabilidade aos judeus pela morte de Jesus. A segunda refere-se à associação do povo judeu a Judas Iscariotes, aquele que traiu Cristo. A terceira característica engloba duas questões, o fato de os judeus não aceitarem o novo testamento e a dificuldade de compreensão do livro sagrado judaico, o Talmud. Já no que tange a quarta característica, essa corresponde ao “empréstimo de capital a juros” (ibid, p,16) realizado pelos judeus. De acordo com o autor,

essas ideias inter-relacionadas que persistiram por séculos sedimentara, no imaginário dos povos europeus uma concepção de judeu associada ao traiçoeiro, ao demoníaco, ao antiCristo, que mais tarde viria a se somar a outros elementos, com o advento dos Estados-Nação e com o desenvolvimento das doutrinas raciais (PEREIRA, 2014, p.16).

O antissemitismo foi significativamente fortalecido pela igreja católica e pelas diversas lendas populares que, traziam em seu conteúdo ideias preconceituosas e maliciosas. A demonização dos judeus persistiu por séculos, no entanto, ao longo da

história pode-se verificar fraudes em várias narrativas disseminadas, como por exemplo, a acusação dos mesmos pelo “Assassinato Ritual de Simão de Trento em 1475. Segundo essa inculpação, os judeus teriam matado o menino Simão para tirar-lhe o sangue, ou seja, seria um assassinato ritual. Depois de tal denúncia a igreja católica dedicou uma data pra celebração do culto de São Simão, porém, este foi abolido séculos mais tarde quando a referida instituição decidiu reinvestigar a história e descobriu que tudo não passava de uma fraude. Vários outros tipos de acusações perseguiram os judeus ao longo dos séculos, sendo muitas relacionadas a rituais demoníacos, nas quais, acreditava-se que crianças eram assassinadas pra que eles aproveitassem o sangue das mesmas a fim de utilizarem em um pão especial. Outras baseavam-se na responsabilização por acontecimentos históricos, como por exemplo, a Peste Negra na Europa, evento que, segundo grande parte dos europeus, ocorreu devido ao fato dos judeus terem envenenado os poços de água. Pereira (2014, p.17), afirma que nessa época “no sul da França, norte da Espanha, Suíça, Baviera, Renânia, Alemanha, Bélgica, Polônia e Áustria acreditou-se na acusação, e mais de 200 comunidades judaicas por toda a Europa foram destruídas. Mais de 10 mil judeus foram mortos em somente três cidades alemãs (Erfurt, Mainz e Metz)”.

A ideia de separar os judeus do convívio da sociedade não esteve presente somente na modernidade, mas encontrou lugar ainda na Idade Média, período em que se buscava separar os cristãos dos supracitados povos e, para tanto, criavam-se locais de confinamento destinados a eles. O antissemitismo moderno possui características essencialmente políticas, sendo que, segundo Pereira (2014), fundamentou-se em teorias racistas que predominavam de meados até o fim século XIX. De acordo com o autor, tais ideias foram “responsáveis por transformar o judeu, mercador do mal, não somente em uma criatura racialmente inferior, mas perene ameaça à *nova ordem que se pretendia criar*, além de ser apontado como bode expiatório de todas as desgraças e dificuldades da Alemanha” (ibid, p.18). Foi por meio do alemão Wilhelm Marr, que o referido antissemitismo ganhou forças, tendo em vista que, este foi autor de vários panfletos nos quais era perceptível a disseminação do ódio em seus conteúdos.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, o antissemitismo encontrou-se presente em grande parte da Europa, sendo uma das características culturais e políticas predominantes da referida região. A sua difusão encontra base em várias questões e especificidades, como por exemplo,

o obscuro senso de catástrofe da civilização, acompanhado pela constatação do declínio da Europa e de sua hegemonia, bem como a ressonância com a qual se difundiu o mito da Revolução Russa de 1917, associada ao papel central que nela desempenharam os judeus. O estereótipo do “judeu-bolchevismo” constituiu um slogan de fácil efeito e foi um poderoso fator multiplicador (ibid, p.19 e 20).

O estereótipo citado acima foi subsidiado pela difusão de vários textos, dentre os quais, destaca-se “Os protocolos dos sábios de Sião” de Sérgio Nilus, nos quais corroboraram com a ideia de que havia uma necessidade urgente de se combater um complô iminente obviamente vindo do povo judeu. Na Alemanha Nazista as ideias antissemitas foram fortemente apropriadas, porém com uma característica diferenciada, “a visão apocalíptica de uma guerra extrema entre arianos e judeus” (ibid, p.21). Para o líder da Nação, Adolf Hitler, os judeus representavam uma antirraça, uma ameaça tanto a saúde alemã quanto ao poder e a cultura nacional. De acordo com Pereira (2014, p.21), o antissemitismo moderno mesclava cientificismo e religiosidade ao apresentarem os judeus como “bactérias mortais que ameaçavam a nação” e seres diabólicos. Sendo assim, o antissemitismo era apresentado como algo que traria benefícios a nação alemã, seria a solução de questões oriundas de problemas judaicos, um passo essencial para alcançar a harmonia da nação e obter uma cultura pura, sem a presença de interferências externas.

Com base em Carneiro (2007), Pereira (2014) afirma que no Terceiro Reich a política antissemita pode ser apresentada em três momentos distintos. O primeiro momento é datado entre 1933 a 1938. Esse período teve como objetivo central a tentativa de reduzir os judeus alemães a seres apátridas, a indivíduos não reconhecidos na Nação. Para tanto, utilizaram-se vários meios vexatórios, que envolveram a expulsão de muitos judeus alemães do país (retirando-lhes assim suas condições psicológicas, culturais e econômicas de sobrevivência), exclusão da vida

política, econômica e social da nação, espancamentos e humilhações públicas, como por exemplo, o carimbo com a letra “J” em todo passaporte judeu, e a imposição que os homens adicionassem o nome “Israel” em suas identidades e as mulheres o nome “Sarah”, estes correspondentes a dois personagens bíblicos. Além disso, nesse período destaca-se a promulgação de duas leis antisemitas, a “Lei de Cidadania do Reich”, na qual tinha o judeu como um cidadão inferior, de segunda classe e a “Lei para Proteção do Sangue Alemão e Hora Alemã”, que por sua vez, coibia o casamento de judeus com não judeus.

O segundo momento é datado entre 1938 a 1941, e é caracterizado como um período de agravamento do antissemitismo. Nessa conjuntura, buscando implementar a ideologia eliminacionista, houve aumento significativo do número de guetos e campos de concentração; além disso, vários homens e mulheres foram mortos por meio do trabalho forçado. A “Noite dos Cristais Quebrados”, também conhecida como Kristallnacht foi um marco desse período, na noite de 09 de novembro de 1938 os nazistas realizaram diversos ataques contra os judeus tanto na Alemanha quanto na Áustria, dentre tais ataques, destacam-se os incêndios das sinagogas, os saqueamentos de lojas e casas judias, a morte de cerca de mil pessoas e o envio de torno de 30.000 judeus aos campos de concentração.

Já o terceiro momento (1941 - 1945), é marcado com a aliança da Alemanha com os países vizinhos, a fim de reunirem o maior número possível de judeus para serem enviados aos campos de extermínio. Nesse período pode-se verificar o avanço das tropas alemãs em direção ao Leste Europeu, o que contribuiu para de forma significativa para a concretização da aliança citada acima, na qual expressa uma nova fase da tão almejada eliminação dos “indesejáveis”.

Ainda de acordo Pereira (2014), a “Solução Final da Questão Judaica”, conhecido mundialmente como “Holocausto”, desencadeado pela grande intolerância e ódio ao próximo, possui duas interpretações centrais e distintas. No que diz respeito à primeira, os autores que a defendem acreditam que não havia um plano estabelecido com o objetivo de eliminar a população judaica, porém como os alemães não encontraram outras alternativas para resolver o que os mesmos intitulavam de “problema judeu”, o extermínio foi a opção mais eficaz. Já a

segunda interpretação, embora não desconsidere os fatores econômicos e sociais da época, como a forte crise que Alemanha encontrava-se devido ao fracasso obtido na Primeira Guerra Mundial, acredita que o antissemitismo eliminacionista foi concretizado no holocausto, sendo que, “os nazistas apenas concederam aos alemães comuns a oportunidade de realizar algo que eles sempre desejaram: assassinar o povo judeu” (Pereira, 2014, p. 24).

Segundo Herf (2014, p.39) o Terceiro Reich era representado pela propaganda nazista como “vítima inocente da malícia dos outros”. Segundo essa crença, existia um complô dirigido pelos mesmos responsáveis de começar e prolongar a guerra, os judeus, no qual tinha o objetivo de exterminar a Alemanha e o povo alemão. Para Hitler, havia uma comunidade judaica internacional, perigosa e ameaçadora, sendo que o Regime Nazista seria a chave para salvar a nação de tamanho prenúncio. Antes de chegar ao poder já era perceptível nos discursos do líder “a obsessão maníaca brutal pelos judeus” (JERF 2014 apud KERSHAW 1999). Aos judeus era atribuída a culpa pelos problemas que Alemanha enfrentava, eles, considerados como seres estranhos à nação, foram culpabilizados inicialmente por acontecimentos históricos que vão da derrota militar à grande Depressão.

Ainda de acordo com Herf (2014, p.42) para os nazistas o povo judeu, chamado inicialmente por Hitler como judeus internacionais ou mundiais

havia desempenhado um papel na derrota da Alemanha durante a Primeira Guerra Mundial e ajudado a causar a Revolução Bolchevique, a inflação alemã do pós-guerra e a crise econômica de 1929. Entre 1933 e 1939, o judaísmo internacional havia sido responsável pela crítica dirigida pelas potências européias e pelos Estados Unidos contra as políticas domésticas da Alemanha Nazista, incluindo, entre outras, seu antissemitismo.

Segundo essa crença, havia uma conspiração global, dirigida pelo judaísmo internacional, no qual englobava um grupo coeso, politicamente ativo, autônomo e poderoso que detinha o controle sobre determinadas pessoas e as levavam a executar seus planos malignos. Essa visão era fortemente defendida pelo antissemitismo radical, sendo que para os nazistas havia uma dificuldade em expor o objetivo de dominação mundial dos judeus e isso se dava devido ao fato destes

possuírem uma grande habilidade de camuflagem. Foi direcionado por tais crenças que Adolf Hitler e seus seguidores afirmaram por diversas vezes que “iriam exterminar os judeus antes que eles pudessem exterminar os alemães” (ibid, p. 47). Cabia aos responsáveis pela propaganda nazista a disseminação e atualização das ideias de conspiração, dando forma a mesma por meio da publicação de conteúdo com nomes e rostos de pessoas específicas.

Devido ao seu rápido rearmamento após a Primeira Guerra Mundial, era importante para a Alemanha que a Segunda Guerra começasse o mais rápido possível, pois isso impediria que a vantagem da nação sobre seus vizinhos fosse superada. Apesar de Hitler ter desenvolvido um papel central em eventos que desencadearam a guerra e também o Holocausto, as propagandas tanto do partido quanto do próprio Regime Nazista ressaltavam que todas as ações e posicionamentos apresentados correspondiam nada mais do que respostas as ameaças e investidas que a nação era alvo. Segundo Herf (2014, p.44), “essa propaganda expressava uma indignação inocente e hipócrita, invertendo as relações de poder entre a Alemanha e os judeus: a Alemanha era vítima inocente, enquanto os judeus eram todo-poderosos”. Ou seja, os nazistas apresentavam uma justificativa para as suas inúmeras perseguições ao povo judeu. Conforme o autor, Hitler tinha uma lógica paranóica contra os judeus, sendo que os nazistas ao emergirem em um mundo místico, convenciam tanto a si mesmo como aos outros. Esse convencimento era fortemente influenciado pelo Ministério do Reich de Esclarecimento Popular e Propaganda, em alemão, *Reichsministerium für Volksaufklärung und Propaganda*, sendo que “dentro do discurso delirante do antissemitismo radical, todas as charadas se resolviam, toda contingência histórica era eliminada e tudo se tornava explicável” (ibid, p. 46).

Tanto a Segunda Guerra Mundial quanto a intenção de aniquilar os judeus em toda a Europa eram descritos pelos Nazistas como uma única batalha, como parte de uma guerra protetiva contra a ameaça judaica. O antissemitismo nazista trazia em si grande extremismo e radicalismo, que implicaram não somente nas representações racistas e desfiguradas dos judeus, mas também na identificação destes a fim de diferenciá-los do restante da população. Não havia, para os nazistas,

separação entre o desejo de exterminação e a crença do forte poder político judaico internacional, no qual, segundo eles, exercia um papel determinante nos eventos da Segunda Guerra Mundial. No item a seguir buscaremos mostrar, dentre outras questões como o ideal nazista ao estabelecer um padrão racial, estabeleceu também um ideal de nação.

### **3.3 A tríade a partir do documentário “O Triunfo da Vontade”**

A exposição feita a seguir não seguirá uma ordem cronológica do documentário em análise, mas será realizada por separação de elementos analíticos, sendo assim, as cenas não seguirão obrigatoriamente uma ordem temporal, mas algumas vezes se entrelaçarão em momentos distintos. Os nazistas tinham em mente um ideal estético que devia ser totalmente predominante, este, porém, não se restringia ao sentido físico, mas englobava também o sentido de nação. No entanto, para que o referido ideal alcançasse êxito, era necessário reforçar as noções já imbuídas em grande parte da sociedade alemã a fim de eliminar tudo que servisse como inibidor desse objetivo. O documentário “O Triunfo da Vontade” representa uma das formas de propaganda empregadas com o objetivo de divulgar as ideias do nacional socialismo. De acordo com Herf, 2014, p.39

a propaganda nazista representava a guerra da Alemanha contra os aliados e sua intenção de exterminar os judeus da Europa como parte uma ampla guerra de retaliação e defesa. Essa evolução da política nazista de perseguição para extermínio foi acompanhada e prefigurada por *uma radicalização da linguagem pública da Alemanha Nazista em relação aos judeus*.

Os discursos, desfiles, marchas ritmadas, as canções e estandartes encontrados no documentário expressam o “espetáculo de poder”<sup>2</sup> presente na época. O referido documentário, produzido por Leni Riefenstahl, corresponde a uma

---

<sup>2</sup> Expressão utilizada por Rovai (2005).

produção acerca do VI Congresso do Partido Nacional-Socialista, ocorrido em 1934 na cidade de Nuremberg. Superficialmente o filme registra o evento citado acima ao mundo, porém, por meio de um olhar mais amplo podemos perceber que há algumas questões centrais que podem ser encontradas, nas quais implicam em dizer que mais do que simples registro, o mesmo representa a proposta de ordem tanto política quanto social da nação sob o nazismo.

Em “Mein Kampf”, Hitler (1983) afirma que o setor de propaganda por volta de 1921, era o mais importante de todos, pois por meio dele que se propagariam as ideias do movimento ao maior número possível de pessoas. Na visão de Hitler, “a propaganda deveria preceder à organização, conquistando o material humano necessário a esta” (HITLER, 1983, p. 246), sendo o seu objetivo principal conquistar adesistas. Para o autor e líder da nação alemã, a propaganda deveria ser intensa, pois seria essa característica que contribuiria para a facilitação da vitória de uma determinada ideia. O documentário “O Triunfo da Vontade” expressa em muito as concretizações dos anseios de Hitler tendo em vista que divulgou o Regime sob a ótica nazista e foi ao encontro do que ele havia afirmado em sua obra ao enfatizar que

em cada grande movimento destinado a revolucionar o mundo a propaganda primeiramente terá de divulgar a idéia do mesmo. Incessantemente terá de esclarecer as massas sobre as novas idéias, atraí-las para as suas fileiras ou, pelos menos, abalar as crenças em voga (ibid, p.247, 1983) .

Como citado anteriormente, o filme possui algumas questões centrais. Primeiramente destacaremos o que intitulamos no capítulo anterior, por meio de Canetti (1995), de massa fechada. Esta, agrupada em um tempo e em um espaço, é visível no decorrer de toda trama, desde a chegada Hitler a cidade, até o final do documentário. Como exemplo da referida massa, temos o exército nazista. Este, inicialmente irá se apresentar separadamente do restante da população, no entanto as cenas mostram que essa segregação não perdurará por muito tempo, haja vista que, posteriormente é possível perceber a formação de outro público, composto pela junção entre civis e soldados. Por meio do exército nazista percebe-se a afirmação

do poder do Partido, a noção de disciplina, ordem e hierarquia expressa tanto nos discursos quanto nas minuciosas e ritmadas coreografias e desfiles. Pode-se apreender que as massas trazem consigo tradições típicas alemãs, tanto homens como mulheres e crianças refletem a imagem de uma vida tranqüila de cidade pequena. O Nacional-Socialismo possuía fortes críticas à emancipação liberal e à influência da cultura moderna, principalmente das artes modernistas. No entanto, apesar da ênfase nos valores tradicionais, pautavam-se no princípio de uma liderança nada tradicional, focada em um indivíduo e legitimada pelo apoio das massas. Antes mesmo da ascensão do Regime Nazista, Hitler já havia expressado em seu livro a importância de mobilização destas, sendo que para o mesmo, “para ser chefe é preciso ter a capacidade de movimentar as massas. [...] A mais bela doutrina não tem nem finalidade nem eficiência se o líder não consegue empolgar as massas” (HITLER, 1983, p.246).



Fonte: Barbosa (2015). Foto retirada do documentário “O Triunfo da Vontade”, retratando a aglomeração da massa.



Fonte: Barbosa (2015). Foto retirada do documentário “O Triunfo da Vontade”. A massa e suas vestimentas tradicionais.

De acordo com Arendt (2000), em geral, tanto os regimes totalitários, como os seus líderes, uma vez estando no poder e em vida “comandam e baseiam-se no apoio das massas” (ibid, p.356). Sem a confiança destas, não haveria a possibilidade de Hitler ter sustentado a liderança de tamanho número de indivíduos que compunham a Alemanha, muito menos ter enfrentando as crises internas e externas do país, bem como do interior do próprio partido. Ao contrário dos partidos ligados aos Estados Nacionais da Europa, nos quais objetivavam conquistar as classes, os movimentos totalitários visavam organizar as massas, sendo que como dependentes da força bruta da população, torna-se extremamente difícil instituir um *governo* totalitário em países que possuíssem população pequena, mesmo que estes apresentem condições favoráveis para tal instituição.

Segundo a autora, a grande massa se desenvolveu com o colapso da sociedade de classes ocorrido na Europa, no qual se agravou ainda mais com o final da Primeira Guerra Mundial. O homem da massa possui padrões determinados não somente pela classe na qual antes pertencia, mas principalmente pelo compartilhamento implícito e silencioso de convicções e influências comuns por todas as classes da sociedade.

Segundo Rovai (2005), no filme podemos identificar no meio das massas o que Canetti (1995) irá apresentar como floresta, representada pelos próprios homens germânicos. De acordo com o autor, por meio de uma visão metafórica podemos compreender melhor a floresta ao vê-la como se uma “multidão organizada tivesse sido plantada, uma floresta de homens regada pelo desejo coletivo de não mudança, de fixidez, de vida não refletida - em outros termos, sem os problemas da civilização” (ibid, p. 219). De acordo com os nazistas o mundo moderno trouxe consigo técnicas, máquinas e lutas de classe que teriam dividido a nação, sendo, portanto, necessário a busca de união entre o povo alemão a fim de romper com tal segregação. Desse modo, a floresta seria parte constituinte do próprio império e indicaria o sentimento de pertencimento ao mesmo. Nesse cenário, o exército seria como afirma Canetti (1995, p. 171), “a floresta em marcha”, pois de acordo com o autor, não houve em nenhum outro país do mundo um sentimento tão forte pela floresta quanto na Alemanha Nazista.



Fonte: Barbosa (2015). Foto retirada do documentário “O Triunfo da Vontade”. Representação da Floresta.

Assim sendo, a floresta pode ser entendida como símbolo, mas também como valor da nação, uma vez que representa a própria Alemanha e os seus anseios pautados no sentimento de pertencimento, este, por sua vez, possui uma ligação histórica e deu base para vários dos discursos proferidos no congresso. De acordo com Rovai (2005, p.219), é na floresta que o espaço vital alemão (Lebensraum) encontra respaldo, pois faz junção entre o homem e a natureza, a própria expressão encontrada no documentário “levar a Alemanha para uma nova era”

pode significar torná-la uma enorme floresta de homens plantados (profundamente ligados aos valores do solo) tais como as mais frondosas e imponentes árvores que, enraizadas, fazem circular a seiva (o sangue) desde a raiz até a última das folhas - num movimento cíclico constante, como uma aliança.

O filme nos chama a atenção também para outras duas imagens que permeiam a trama, as bandeiras com a cruz gamada e a águia. No que diz respeito a esta última, podemos afirmar que a mesma, de asas abertas sobre a suástica representou um dos símbolos do Terceiro Reich que talvez mais tivesse expressado poder e soberania. Embora seja um símbolo do Império Romano, a águia é representada em várias culturas como o “Ser Divino” e isso se dá, geralmente, pelo fato dela conseguir voar junto ao sol.

No que tange às bandeiras, estas além de serem destacadas como expressão dos diversos tipos de linguagem que foram direcionadas de modo a atender objetivos políticos específicos do nacional-socialismo, podem ser consideradas como outro símbolo de massa, pois como afirma Canetti (1995) a bandeira, bem como o hino é um dos símbolos que alcançam a nação. Nas cenas iniciais do documentário, a mesma ainda não se encontrava em todos os lugares de forma tão expressiva, porém, no desenrolar da trama percebe-se que elas estão espalhadas em grande número por todos os lugares, contribuindo assim para que sejam objetos de destaque. O valor das bandeiras é reforçado no discurso de Rudolf Hess na solenidade de abertura do congresso, no qual são proferidas as seguintes palavras:

Meu Fuhrer, à sua volta estão reunidas as bandeiras do nacional-socialismo. Somente quando seu tecido estiver surrado as pessoas olharão para trás e poderão compreender completamente a grandeza deste período e perceber o que o meu Fuhrer significa para a Alemanha.

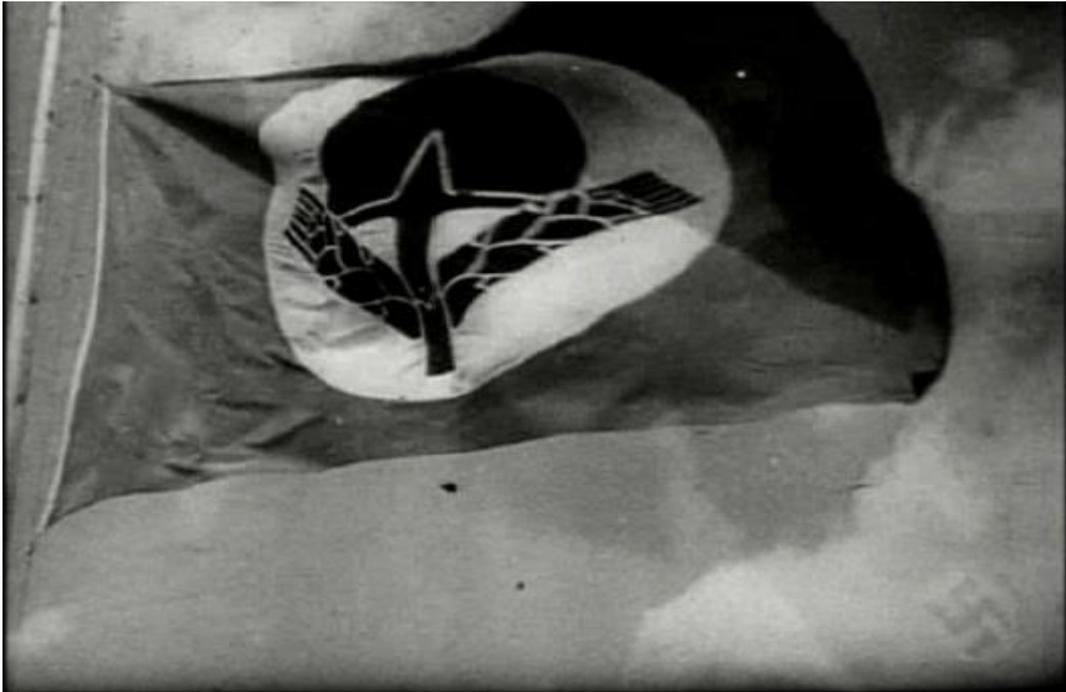


Fonte: Barbosa (2015). Foto retirada do documentário “O Triunfo da Vontade”.

Juntamente com as bandeiras, outro símbolo ganhará visibilidade no decorrer do documentário, o trigo e a pá, ambos formam uma única imagem dotada de significado, haja vista que faziam menção ao campo alemão e ao modo de vida camponês. O fato de os soldados estarem segurando a pá diz respeito ao que o próprio Hitler denomina em seu discurso, são os homens trabalhadores, os homens do campo. Nesse momento, os soldados embora estejam todos uniformizados, não representam a guerra em si, mas o patriotismo e o nacionalismo do Terceiro Reich. De acordo com Arendt (2000, p.261), “o uniforme era sua roupa de gala, a guerra

sua poesia, o seu lote de terra era a pátria e o patriotismo era a forma ideal de propriedade”. Agora nos atentemos para as imagens a seguir.





Fonte: Barbosa (2015). Fotos retiradas do documentário “O Triunfo da Vontade”.

A primeira imagem, onde se tem a representação de uma pá na vertical e duas espigas de trigo em suas laterais, faz-nos remeter o presente símbolo tanto à bandeira nazista quanto as asas abertas da águia, o que nos permite afirmar que as representações da nação alemã através dos símbolos não se dava de forma isolada e desconexa, mas apresentavam relações entre si. A segunda imagem, como se pode notar, trás desenhada novamente a pá e o trigo. É importante destacar que apesar da pá ser considerada também um instrumento da construção dos centros urbanos, no documentário a utilização da mesma faz menção ao fato de que o “hipernaturalismo artístico da era nazista estava todo voltado para o campo” (ROVAI, 2005, p.209). A representação do homem do campo é percebida na terceira imagem, quando soldados nazistas seguram o supracitado instrumento em seus ombros. Essa mesclagem entre homem do campo e soldado foi primordial para que Hitler os intitulassem posteriormente de homens-trabalhadores-soldados. Para ROVAI (2005, p. 213) nesse momento,

a substituição das armas pelas pás, em vez de representar o desejo pela guerra, mostra o sentimento, ali presente (e que era intuito disseminar para

o mundo), de que o Fuhrer era a águia da paz, e a perspectiva do país era a da reconstrução pelos valores do trabalho, e não da destruição pela luta de classes.

Não podemos deixar de falar da construção da figura de Hitler e a ênfase deste como um líder disposto a salvar a nação, tendo em vista que a mesma se encontrava grandemente fragilizada pelo fracasso obtido na Primeira Guerra Mundial. O líder representava os próprios anseios do povo, era a fonte de todo direito da nação. As imagens passam a impressão de que havia uma identificação e harmonia mística entre Hitler e as massas, e tal identificação e harmonia indicavam o caminho da tão sonhada nova história, construída a partir da restauração da identidade nacional do povo alemão. Alguns autores afirmam que Hitler era visto por meio de duas figuras, o Messias e o Herói que, além de representar o Partido Nazista, representava a própria Alemanha. Ou seja, Hitler é mostrado no documentário do modo que ele desejava ser visto, como o herói da nação, o indivíduo disposto a salvar o povo do sofrimento e a lhes proporcionar uma nova vida. No que diz respeito à popularidade do Fuhrer Arendt (2000, p.356) afirma que a mesma não pode ser atribuída somente ao êxito de uma propaganda perfeita e mentirosa, na qual conseguiu “arrolar a ignorância e estupidez”. De acordo com a autora,

a propaganda dos movimentos totalitários, que precede a instauração dos regimes totalitários e os acompanha, é invariavelmente tão franca quanto mentirosa, e os governantes totalitários em potencial geralmente indicam suas carreiras vangloriando-se de crimes passados e planejando cuidadosamente os seus crimes futuros (ibid).

Rovai (2005) atribui a estrutura do filme a um conto de fadas dotado de inteligência em seu roteiro, sendo que juntamente com o líder, a cidade e as aglomerações estão a atuar, desempenhando cada um o seu papel, seja de massa organizada, da floresta ou mesmo do salvador da pátria. A veneração ao líder, além de ser perceptível nos ritmados e obedientes gestos dos soldados e na fisionomia da grande massa, é expressa em palavras no discurso de Rudolf Hess e nas

entonações coletivas dos soldados, nos quais proclamaram respectivamente aos 27' e 41" e as 35' e 55":

Com a sua liderança a Alemanha firmará seu objetivo de ser a pátria de todos os alemães do mundo. O senhor garantiu a nossa vitória e agora está garantindo a nossa paz. Salve Hitler! Salve Hitler! Salve a vitória! Salve a vitória!

Uma nação! Um líder! Uma Reich! Alemanha!

Ao contrário do que muitos pesquisadores defenderam ao longo do tempo, as falas encontradas nos discursos de abertura do congresso já nos dão margem para afirmar que aquelas pessoas que ali estavam reunidas, bem como, posteriormente, a maior parte da população alemã tinham consciência das ações que seriam tomadas para que se alcançasse a hegemonia da raça ariana. A busca de um humano ideal para a Alemanha não era algo inexistente ou invisível no documentário e a fala de Streicher aos 31' e 33" corrobora com tal afirmação: *“A nação que não valorizar sua pureza racial perecerá”*.

Quando em seus discursos os nazistas pregavam a construção de uma nova nação, isso implicava também na construção de um novo homem, na qual o judeu não se enquadraria. A busca incansável pela edificação da referida nação, não media esforços nem limites e se desdobrou em um dos atos mais conhecidos da história, o Holocausto. De acordo com Goldhagen (1997) o fato de que a Alemanha estava inserida em mundo em que era possível a reflexão e a discussão não nos permite a aceitação de afirmações que relacionam a grande matança de judeus a pressões sociais e psicológicas de determinados grupos, nem ao menos a ações inconscientes dirigidas pelas autoridades governamentais. Desse modo, para o autor, as circunstâncias históricas vivenciadas pelo povo alemão não podem ser usadas como desculpas para a adoção ou não de determinados comportamentos. O extermínio de milhares de judeus deve ser visto como responsabilidade tanto de Hitler e seu grupo, quanto das pessoas que também tiveram participação nesse fato histórico. Partindo desse entendimento, Goldhagen (1997) ressalta a necessidade de reconhecimento da condição humana dos assassinos, nos quais, baseavam-se

no antissemitismo e não eram pessoas incomuns, mas indivíduos de todos os setores sociais. Desse modo, o autor atribui grande importância às crenças dessas pessoas, haja vista que, segundo o mesmo, a força motriz tanto da liderança do regime quanto dos milhares de indivíduos comuns envolvidos na perseguição e extermínio dos judeus, é justamente a cultura política germânica anti-semítica eliminacionista. De acordo com Goldhagen (1997, p.486) o nazismo foi “uma revolução pacífica, voluntariamente aceita pelo povo alemão. Dentro da casa, a revolução nazista germânica foi, como um todo, consensual”.

De acordo com Arendt (2000), o nacionalismo exacerbado presente, não somente, mas também no regime totalitário nazista, é de trazer certo espanto quanto as suas convicções, tendo em vista que, as crenças dos seus membros não são abaladas nem quando estes tornam-se alvo da própria opressão interna do movimento. Ser incriminado ou condenado é aceitável para os adeptos desde que “o seu *status* como membro permaneça intacto” (ibid, p.357). Ainda de acordo com a autora,

o fanatismo dos movimentos totalitários, ao contrário das demais formas de idealismo, desaparece no momento em que o movimento deixa em apuros os seus seguidores fanáticos, matando neles qualquer resto de convicção que possa ter sobrevivido ao colapso do próprio movimento. Mas, dentro da estrutura organizacional do movimento, enquanto ele permanece inteiro, os membros fanatizados são inatingíveis pela experiência e pelo argumento; a identificação com o movimento e o conformismo total parecem ter destruído a própria capacidade de sentir, mesmo que seja algo tão extremo como a tortura ou o medo da morte. (ARENDR, 2000, p.358).

Goldhagen (1997) coloca que o Nacional-Socialismo alemão pode ser considerado como uma revolução de sensibilidade e prática, na qual é possível ser identificada e reconhecida de forma mais emblemática no campo. Esse local é considerado pelo autor como um mundo onde os impulsos e as crueldades encontram-se de forma irrestrita e um local que permitiu que uma nova ordem moral nazista fosse expressa. Ainda de acordo com o autor, “o sistema de campos negava na prática a crença cristã e iluminista na igualdade moral dos seres humanos” (ibid, p. 487). Ou seja, ao invés de apresentar um discurso voltado para o amor e empatia ao próximo, o que se podia notar era uma indiferença quanto ao sofrimento alheio.

A vislumbração germânica por uma nova Alemanha tinha segundo o supracitado autor, as questões de fundo trazidas acima. A fala de Hitler a juventude nazista aos 49' e 25" expressa todo esse sistema de crenças colocado por Goldhagen:

Aqueles que estão aqui no estádio são um pequeno segmento da massa que está lá fora por toda Alemanha. Desejamos que vocês, juventude alemã, absorvam tudo que esperamos da Alemanha para um novo tempo. Queremos ser uma nação unida e vocês meus jovens, formarão essa nação. No futuro não desejamos ver classes e vocês precisam impedir que isso apareça entre vocês. É apenas um segmento das massas e vocês precisam se educar para tal. Queremos que essas pessoas sejam obedientes e vocês precisam praticar a obediência. Desejamos que as pessoas almejem a paz, mas também sejam corajosos. Vocês precisam almejar a paz e serem corajosos ao mesmo tempo. Não queremos que essa nação seja fraca, ela deve ser forte e vocês precisam se endurecer enquanto jovens. Vocês precisam aprender a aceitar privações sem nunca esmorecer. Não importa o que criemos e façamos, nós passaremos, mas em vocês a Alemanha viverá e quando nada restar de nós, vocês levantarão o pavilhão que há algum tempo nós levantamos do nada. E sabem que não pode ser de qualquer outro modo, como estarmos juntos de nós mesmos, porque vocês são carne de nossa carne, sangue de nosso sangue e suas mentes jovens estão repletas do mesmo ideal que nos orienta. Vocês estão unidos a nós, enquanto as grandes colunas do movimento marcharem pela Alemanha vitoriosa sei que vocês se juntarão a coluna. E nós sabemos que a Alemanha está diante, dentro e atrás de nós. A Alemanha marcha dentro de nós, a Alemanha segue atrás de nós.

Todos os conteúdos do filme indicam para algo agradável, um demonstrativo de felicidade, porém podemos notar que o filme não se refere somente ao Congresso, vai além. A paz e a Alemanha vitoriosa proferida por Hitler no trecho acima indicaria um caminho a barbárie, a negação das premissas básicas da civilização da Europa. Embora não se possa afirmar que o povo alemão encontrava-se em um estágio de despolitização, podemos dizer que a distorção da linguagem pelo poder serviu para que as relações de força fossem legitimadas. No entanto,

vale ressaltar que a distorção da linguagem pelo poder não implicou em uma espécie de lavagem cerebral, na qual teriam levado as pessoas a cometerem atos que elas mesmas abominavam.

## CONCLUSÃO

A política, bem como a propaganda na Alemanha Nazista evoluiu-se direcionada pela perseguição de determinado povo e acompanhada da radicalização da linguagem pública voltada para a incriminação e responsabilização dos judeus pelo sofrimento dos alemães. Tal perseguição não surgiu de uma hora para outra, mas apresenta um longo caminho histórico e características diferenciadas. O exacerbado ódio aos judeus já era perceptível por volta do século XV, período em que os mesmos foram culpabilizados pela morte de Cristo, associados à figura do traidor Judas Iscariotes, estigmatizados por não aceitarem o novo testamento e considerados como seres gananciosos que emprestavam dinheiro sob a lógica dos juros. Fortalecido pela igreja católica, o antissemitismo persistiu por longos séculos. Contra os judeus eram criadas as mais variadas e preconceituosas lendas populares, nas quais, em sua maioria, demonizavam o referido povo. O antissemitismo moderno traz em seu bojo teorias racistas que desdobraram posteriormente em um antissemitismo eliminacionista, na qual não media esforços para se alcançar a pureza racial e ressaltava em seus discursos a inferioridade do supracitado povo. No período que compreende o final da Segunda Guerra Mundial o antissemitismo encontrava-se em grande parte da Europa. Na Alemanha os judeus eram vistos como seres causadores da desordem da nação, como subumanos e eram tratados como se fossem a contraidentidade alemã.

O documentário “O Triunfo da Vontade”, para além de uma produção acerca do VI Congresso do Partido Nacional-Socialista, pode ser entendido como uma propaganda de ordem política e social da nação sob o domínio do Regime Totalitário Nazista. As ideias do referido regime visavam construir uma nova nação sem medir esforços para tal, de modo que o uso do terror e da violência seriam um bem necessário para se atingir os objetivos almejados. O filme demonstra como o ideal estético aspirado pela Alemanha não se restringia ao sentido físico, mas abarcava o sentido de nação. Nessa trama alguns atores despertaram a nossa atenção, sendo a massa organizada uma delas. Distribuída por todos os lugares e na maioria das

cenar, passavam uma imagem de harmonia mística com o Führer. Este já era visto com o salvador da nação, o herói que traria a paz. O documentário apresenta Hitler como representante dos próprios anseios da nação e do próprio partido nazista.

Não partimos do entendimento que a população alemã estava sob uma cegueira crítica, pelo contrário, a mesma compartilhava entre si convicções e crenças que não se limitavam às diferenças de classe e nem à impossibilidade de reflexão. O antissemitismo é um exemplo de tais crenças, e embora não possamos afirmar que ele se encontrava em toda a população alemã, podemos dizer que a massa possuía um desejo coletivo que a unia. Sem o apoio desta a manutenção do Regime Totalitário Nazista seria um tanto quanto improvável. O patriotismo e o nacionalismo foram características fundamentais do III Reich e extrapolaram até mesmo o limite da razão, haja vista que não eram abalados nem mesmo quando os próprios adeptos do regime tornavam-se alvos das opressões do movimento.

Outro destaque que apontamos no documentário foi o uso de símbolos, tais como a bandeira com a cruz gamada no meio, a águia e a pá e o trigo. A bandeira é considerada como um símbolo da massa que alcança a nação. Já a águia representa um dos símbolos do III Reich de maior expressão do poder e da soberania do regime. A pá e o trigo, formando uma única imagem, fazem menção ao modo de vida camponês e, nos ombros dos soldados refletem o patriotismo e o nacionalismo presentes na época. Era também por meio dos símbolos que a nação era representada e estes estabeleciam uma relação entre si, como, por exemplo, a pá colocada na vertical lembrava a águia com as asas abertas.

As crenças absurdas contra os judeus podem ser entendidas como a força motriz que desencadeou no Holocausto, sendo capazes de levarem as pessoas a se transformarem voluntariamente em carrascos em massa. O grande massacre empregado contra os judeus deve ser visto como responsabilidade das pessoas que atuaram e foram coniventes com tal acontecimento e não somente como culpa de Hitler e de seu grupo. Desse modo, podemos concluir que a política nazista era uma política antissemita e a ideologia manifestava-se quando o discurso era distorcido a fim de que houvesse a prevalência de ideias racistas acerca da humanidade.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Marx. **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Zahar. Rio de Janeiro 1985.

ADORNO, Theodor. **Minima Moralia**. Ática. São Paulo.1992.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. In: Um mapa da ideologia. Contraponto. Rio de Janeiro. 2013.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Companhia das Letras. São Paulo. 2000.

BENJAMIM, W. **A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica**. In: Textos Escolhidos. Abril Cultural. São Paulo. 1983.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Editora Universidade de Brasília. Brasília. 1998.

CANETTI, Elias. **Massa e Poder**. Companhia das Letras. São Paulo. 1995.

CROCCO, Fábio Luiz Tezini. **Indústria Cultural: Ideologia, Consumo e Semiformação**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2009.

DOMENACH, Jean Marie. **A Propaganda Política**. Edição Ridendo Castigat Mores. Versão para eBook. eBooksBrasil.com. 2001. Fonte Digital [www.jahr.org](http://www.jahr.org).

EAGLETON, Terry. **A ideologia e suas vicissitudes no marxismo ocidental**. In: Um mapa da ideologia. Contraponto. Rio de Janeiro. 2013.

GARCIA, Néson Jahr. **Propaganda: Ideologia e Manipulação**. Versão para ebook. RockeEdition. 2005.

GOLDHAGEN, Daniel Jonah. **Os carrascos voluntários de Hitler: O povo alemão e o Holocausto**. Companhia das Letras. São Paulo. 1997.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. Atlas. São Paulo. 2008.

HABERMAS, Jurgen. **Técnica e Ciência como Ideologia**. Edições 70. Lisboa. 2013.

HERF, Jeffrey. **Inimigo Judeu: Propaganda Nazista Durante a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto**. EDIPRO. São Paulo. 2014.

HITLER, Adolf. **Minha Luta**. Editora Moraes. São Paulo. 1983.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos. O breve século XX 1914-1991**. Companhia das Letras. São Paulo. 1995.

LOWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social: Elementos para uma análise marxista**. Cortez. São Paulo. 2003.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. Editora Guanabara. Rio de Janeiro. 1986.

MARTINS, Sheyla Borges. **Da Escola de Frankfurt à teoria Dual de Jurgen Habermas**. In: Sociologia IV. Editora Unimontes. 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Editora Martins Fontes. São Paulo. 2001.

PEDROSO, Gustavo J.T. **A Realidade como Ideologia**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2007.

PEREIRA, Wagner Pinheiro. **Prefácio à Edição Brasileira: Nazismo e o Inimigo Judeu**. In: Inimigo Judeu: Propaganda Nazista Durante a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto. EDIPRO. São Paulo. 2014.

ROVAI, Mauro Luiz. **Imagem, tempo e movimento: os afetos alegres no filme O Triunfo da Vontade de Leni Riefenstahl**. Associação Editorial Humanitas. Fapesp. São Paulo. 2005.

RUMMERT, Sonia Maria. **Os meios de comunicação de massa como aparelhos de hegemonia**. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Administração de Sistemas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. 1986.

RICOEUR, Paul. **Ideologia e Utopia**. Editora Edições 70, Lda. Rio de Janeiro. 1991.

SANT'ANNA, Armando. **Propaganda: teoria, técnica e prática**. Editora Thomson Learning. São Paulo. 2007.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e Cultura Moderna - teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Vozes. Petrópolis. 2007.